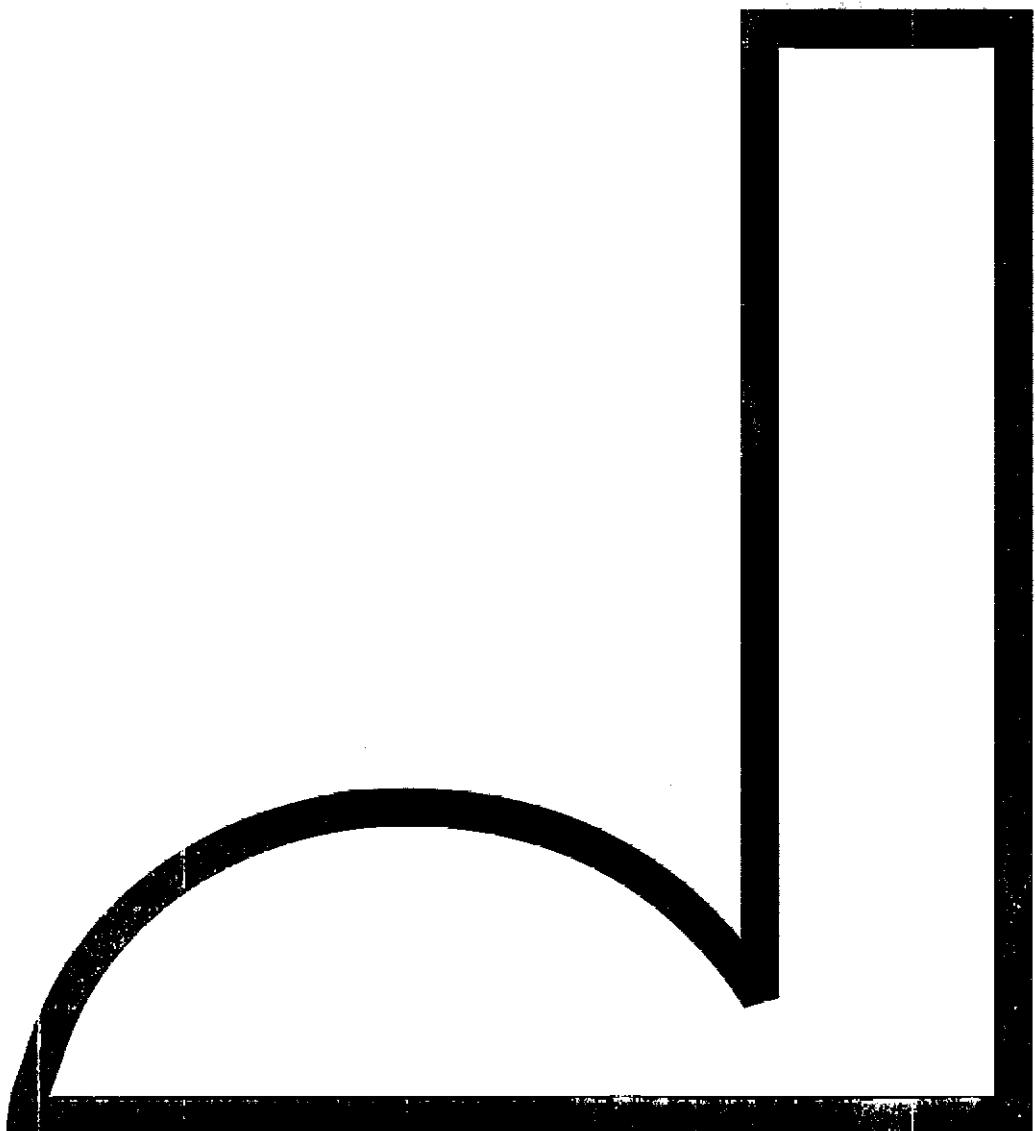




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>		3º Secretário <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i> Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro - PFL - MT</i> 4º <i>Marluce Pinto - PMDB - RR</i>
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor ⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos ⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i> (1) Reeletos em 2-4-97		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Amir Lando - PMDB - RO</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Alberto Silva - PMDB - PI</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Bernardo Cabral - PFL - AM</i> (2) Designação: 30-6-99
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Messinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PSDB - 14 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPB - 2 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i>
LIDERANÇA DO PFL - 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lohão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) - 10 Líder <i>Heloisa Helena</i> Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i>	LIDERANÇA DO PSB - 3 Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB - 1 Líder <i>Arlindo Porto</i>
EXPEDIENTE		
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcela Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 41, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão de “Fundação Educativa Nordeste” para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.	06329
Nº 42, de 2000, que aprova o ato que outorga permissão a “Sistema Syria Comunicações Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul.	06329

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 27ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE ABRIL DE 2000

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Avisos de Ministros de Estados

Nº 58/2000, de 24 de março último, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 733, de 1999, do Senador Ademir Andrade. Ao Arquivo.....	06330
--	-------

Nº 63/2000, de 29 de março último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 89, de 2000, do Senador Ademir Andrade. Ao Arquivo.....	06330
---	-------

Nº 172/2000, de 24 de março último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 786, de 1999, do Senador Gilvam Borges. Ao Arquivo.	06330
---	-------

Nº 173/2000, de 24 de março último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 685, de 1999, do Senador Mozarildo Cavalcanti. Ao Arquivo.	06330
---	-------

2.2.2 – Pareceres

Nºs 290 e 291, de 2000, das Comissões da Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1996 (nº 1.708/91, na Casa de origem), que define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos, e dá outras providências.	06330
--	-------

Nº 292, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei do Senado nº 380, de 1999, de autoria do Senador Arlin-	06335
--	-------

do Porto, que altera dispositivos da Lei nº 9.503, Código de Trânsito Brasileiro, de 23 de setembro de 1997, de modo a permitir dispensa de exame de saúde a categorias profissionais específicas.	06333
---	-------

2.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 23/2000, de 29 de março último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 1999, de autoria do Senador Arlindo Porto, que altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de modo a permitir dispensa de exame de saúde a categorias profissionais específicas, em reunião realizada naquela data.	06335
--	-------

2.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1996, cujos pareceres foram lidos anteriormente.	06335
---	-------

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado 380, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.	06335
--	-------

2.2.5 – Ofício

S/Nº/2000, de 30 de março último, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, comunicando a sua investidura no cargo de Secretário de Estado do Governo do Tocantins, ocorrido nesta data, de acordo com o termo de posse.	06335
--	-------

2.2.6 – Discurso do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Justificativas à apresentação de requerimento de condolências à família do Dr. Clidenor de Freitas Santos.....	06335
--	-------

2.2.7 – Leitura de requerimento		SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Comentários sobre o programa de apoio às universidades públicas administradas pela União.....	
Nº 156, de 2000, de autoria dos Senadores Bernardo Cabral e Nabor Júnior, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Dr. Clíde-nor de Freitas Santos. Aprovado	06336	SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Reflexões sobre reportagem publicada hoje, no Jornal de Brasília , sobre redução e aumento da população que vive abaixo do nível de pobreza no País, de acordo com dados do Ipea.....	06355
2.2.8 – Comunicações da Presidência		2.2.10 – Leitura de requerimento	
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 23, de 2000, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, quatrocentos e oito euros, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW. Será incluída em Ordem do Dia oportunamente.	06336	Nº 157, de 2000, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 1999, que altera o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, ao Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2000, que acrescenta dispositivos à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar que os medicamentos em comprimidos e cápsulas e ampolas injetáveis sejam vendidos na exata quantidade necessária para atender à prescrição contida na receita aviada, por versarem sobre matéria correlata.	06357
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 24, de 2000, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de três milhões, cento e sete mil, trezentos e setenta e seis euros, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW. Será incluída em Ordem do Dia oportunamente.	06336	2.2.9 – Discursos do Expediente (Continuação)	
SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Defesa da extinção da Justiça Eleitoral n Brasil.	06336	SENADOR JEFFERSON PÉRES – Preocupação com o leilão da Companhia de Saneamento do Amazonas, amanhã, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.	06357
SENADOR EDISON LOBÃO – Considerações sobre o Plano Integrado de Turismo no Maranhão....	06341	SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA , como Líder – Regozijo pelo recebimento do título de cidadão honorário do Rio de Janeiro, em solenidade realizada na última sexta-feira na Assembléa Legislativa daquele Estado. Comentários sobre a renegociação da dívida do Rio de Janeiro.....	06343
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGA – LHÃES – Elogios à gestão do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, que deixa hoje a presidência do Superior Tribunal de Justiça, desejando êxito ao novo presidente, Sr. Antonio Costa Leite.....	06350	SENADORA LUZIA TOLEDO – Considerações sobre a fecundidade da mulher brasileira e seus efeitos sobre a estrutura populacional.	06358
SENADOR OSMAR DIAS – Registro do comparecimento de S. Exa. no lançamento do programa “Cio da Terra”, iniciativa da prefeitura de Garapuava – PR. Apelo aos líderes partidários para aprovação, na Câmara dos Deputados, de projeto de sua autoria, que prevê prazo maior para redução do coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios.	06351	SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Reflexões sobre o desafio da integração social e econômica do Brasil, a propósito do transcurso, em 31 de março, do Dia da Integração Nacional....	06359
SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Lançamento do Programa de Eletrificação Rural do Tocantins – PERTINS.	06355	2.2.11 – Discursos encaminhados à publicação	
		SENADORA LUZIA TOLEDO – Considerações sobre a fecundidade da mulher brasileira e seus efeitos sobre a estrutura populacional.	06358
		SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Reflexões sobre o desafio da integração social e econômica do Brasil, a propósito do transcurso, em 31 de março, do Dia da Integração Nacional....	06359
		2.2.12 – Comunicação da Presidência	
		Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	06361
		2.3 – ENCERRAMENTO	*
		3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		Convocação de reunião a realizar-se no dia 5 de abril de 2000, às 9 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.	06361
		4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão de "Fundação Educativa Nordeste" para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 23 de junho de 1998, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão de "Fundação Educativa Nordeste" para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Soledade, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de abril de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão a "Sistema Syria Comunicações Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 249, de 4 de dezembro de 1998, que outorga permissão a "Sistema Syria Comunicações Ltda." para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na localidade de Tucunduva, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de abril de 2000. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 27ª Sessão Não Deliberativa em 3 de abril de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Geraldo Melo, Ademir Andrade, Nabor Júnior e Gilberto Mestrinho

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADOS

Nº 58/2000, de 24 de março último, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 733, de 1999, do Senador Ademir Andrade. Ao Arquivo.

Nº 63/2000, de 29 de março último, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 89, de 2000, do Senador Ademir Andrade. Ao Arquivo.

Nº 172/2000, de 24 de março último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 786, de 1999, do Senador Gilvam Borges. Ao Arquivo.

Nº 173/2000, de 24 de março último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 685, de 1999, do Senador Mozarildo Cavalcanti. Ao Arquivo.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

PARECERES

PARECERES N°S 290 E 291, DE 2000

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1996 (nº 1.708, de 1991, na Casa de Origem), que define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos, e dá outras providências.

PARECER N° 290, DE 2000

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relatora: Senadora Luzia Toledo

I – Relatório

Vem a esta Comissão o projeto de lei de autoria do Deputado Jackson Pereira, que “define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos, e dá outras providências”.

O projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1991 e, naquela Casa, foi distribuído à Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, à Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, tendo sido aprovado com emendas apresentadas na primeira Comissão.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Assuntos sociais.

A matéria que nos cabe relatar trata, essencialmente, do lançamento de esgotos sanitários e industriais, da disposição de resíduos sólidos e das condições em que se devem dar tais atividades.

No que se refere ao nível de tratamento necessário, preliminarmente ao lançamento de esgotos em meios aquíferos, o projeto dispõe que deverão ser considerados a capacidade de autodepuração dos corpos de água receptores, os usos atuais e potenciais das águas a jusante do local de lançamento e a melhor tecnologia disponível em cada situação. Para os casos de lançamentos de esgotos no solo e por meio de emissários submarinos, o projeto estabelece as condições que deverão ser previamente consideradas e atendidas.

Com relação aos esgotos industriais, a proposição em tela estabelece os requisitos que estes deverão atender para o seu lançamento em redes coletores de esgotos sanitários e as características mínimas que deverão ser obedecidas para o lançamento, em corpos de água, de efluentes líquidos de quaisquer origens.

A disposição de lixo em áreas urbanas e rurais é proibida quando ocorrer sob a forma de lançamento **in natura** a céu aberto, de incineração a céu aberto, de lançamento em quaisquer cursos de água, de lançamento em poços e cacimbas e de lançamento em poços de visitas de esgotos; eletricidade, telefone, de redes de drenagem em águas pluviais, bueiros e semelhantes. É estabelecida, ainda, a condição de emergência sanitária como única situação em que poderá haver incineração de lixo a céu aberto e são definidas as condições a serem atendidas pelos aterros sanitários.

O projeto prevê que a disposição e o tratamento adequados dos resíduos produzidos, bem como os respectivos custos, são de responsabilidade que produz resíduos líquidos, sólidos ou gasosos.

Tratando de matéria mais específica, o projeto apresenta dispositivos específicos que normatizam o lançamento de esgotos hospitalares e a coleta, o transporte e a disposição do lixo hospitalar.

Finalmente, o projeto estabelece as penalidades a serem aplicadas aos infratores e define um prazo de cento e oitenta dias para a regulamentação da lei, pelo Poder Executivo, bem como um prazo de oito anos para os agentes produtores de esgotos e de lixo se adequarem às exigências nela contidas.

A matéria vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para deliberação sobre sua constitucionalidade e juridicidade. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II – ANÁLISE

O projeto em tela trata de tema da maior importância, sendo nitidamente oportuna e necessária sua apreciação pelo Congresso Nacional. Nossa País enfrenta problemas de larga complexidade por conta do quadro de carência que se verifica no saneamento urbano e rural, bem como das péssimas condições em que se realizam o lançamento de esgotos domésticos e industriais e a disposição e resíduos sólidos.

Esse quadro afeta, de maneira mais perversa, a população de baixa renda, reforçando iniquidades que se traduzem na qualidade de vida da população, em especial nos indicadores de saúde. Resíduos sólidos hospitalares, industriais, fitossanitários e domésticos não são submetidos a coleta e a destinação final adequada, e são despejados em cursos d'água ou lixões, sem qualquer cuidado.

O uso de águas poluídos resulta em prejuízos notáveis para a saúde da população mais pobre de

nossa País, que depende dessa água para beber e para tomar banho, submetendo-se, assim, aos riscos de infecções e de doenças que matam ou que debilitam o organismo, tais como diarréia, cólera e esquistossomose. Devido ao seu efeito negativo no bem-estar da população e no crescimento econômico, o saneamento deficiente e as fontes de água contaminadas constituem o mais sério problema ambiental enfrentado por países em desenvolvimento, como o Brasil.

Os custos da poluição hídrica incluem, ainda, o dano que esta causa aos estoques pesqueiros, que constituem a principal fonte de proteína e de renda para algumas comunidades de nosso País.

No que diz respeito aos resíduos sólidos, novas distorções reforçam as desigualdades sociais no Brasil. Com efeito, o volume de resíduos cresce proporcionalmente em relação à renda, mas os efeitos se fazem notar, especialmente, sobre as populações de baixa renda, as quais contribuem de maneira insignificante para o volume total de resíduos gerados.

A coleta e a disposição inadequada de lixo afetam tanto a saúde como a produtividade da população. A disposição de lixo **in natura** a céu aberto ou em cursos d'água contribui para a dispersão de doenças. Nas comunidades em que não existem instalações sanitárias, freqüentemente o lixo se mistura às excreções humanas. Alguns depósitos de lixo municipais recebem, ainda, resíduos industriais e tóxicos, que penetram em fontes de água. Citem-se, também, problemas localizados como a poluição do ar devida à queima de resíduos sólidos, emissões gasosas e até mesmo explosões, que ocorrem em torno de áreas de disposição de lixo inadequadamente gerenciadas.

Os investimentos necessárias à implementação de saneamento básico para a população brasileira são insignificantes quando se considera, no longo prazo, a redução nos custos relativos ao tratamento de saúde dessa mesma população. No que se refere ao setor produtivo, os investimentos que se fizerem necessários serão, certamente, repassados ao consumidor ou absorvidos pelas empresas, como parte do processo de exposição à competição a que se encontra submetida a indústria nacional. Qualquer que seja a alternativa, deve-se assegurar que os usuários dos produtos paguem pelos custos adicionais que eventualmente se apresentem no processo produtivo, ao invés de serem esses custos assumidos de maneira desigual pela sociedade.

Não restam dúvidas, portanto, quanto aos méritos do projeto em tela, que vem, em boa hora, acenar com mudanças na vergonhosa situação brasileira dos

serviços de saneamento básico e de disposição de resíduos sólidos.

No que concerne à constitucionalidade, a proposição em tela não atenta contra os preceitos da Carta Magna em vigor. Igualmente, não há qualquer conflito entre a matéria e os dispositivos legais e regimentais pertinentes.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1996, e pela sua aprovação, nesta Comissão, na forma em que se encontra.

Sala da Comissão, – **José Agripino**, Presidente – **Luzia Toledo**, Relatora – **Antonio C. Valadares** – **Maria do Carmo Alves** – **Heloisa Helena** – **Luiz Estevão** – **José Eduardo Dutra** – **Romeu Tuma** – **José Fogaça** – **Bernardo Cabral** – **Francelino Pereira** – **Bello Parga**.

PARECER Nº 291, DE 2000 (Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador **José Alencar**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 101, de 1996, depois de aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, é submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLC nº 101/96, que “define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos, e dá outras providências”, proíbe o lançamento final de esgotos sanitários e industriais, sem o tratamento adequado, sobre o corpo receptor, sendo este representado pelo solo, pelos corpos de água doce, que compreendem rios, canais e lagos naturais ou artificiais e, finalmente, pelo mar e as águas salgadas e salobras em geral.

O art. 2º da proposição em pauta determina que o nível de tratamento adequado será definido de acordo com a capacidade de autodepuração dos corpos de água receptores, os usos atuais ou potenciais das águas e jusante do local de lançamento e a melhor tecnologia possível em cada caso.

O art. 3º estipula que o lançamento de esgotos industriais em redes coletoras de esgotos sanitários só poderá ser feito mediante licença da autoridade sanitária e desde que admita tratamento por processos biológicos convencionais.

Pelo art. 4º ficam proibidas as seguintes formas de disposição do lixo: lançamento **in natura** a céu

aberto; incineração a céu aberto; lançamento em cursos d’água; lançamento em poços de visita.

O projeto estipula que o produtor de resíduos deve providenciar, arcando com os respectivos custos, o tratamento e a disposição adequada dos resíduos. No caso de lixo urbano, essa tarefa cabe ao poder público.

O art. 6º prevê que os esgotos hospitalares, antes de lançados em redes coletoras ou no corpo receptor, deverão sofrer tratamento que assegure a eliminação dos microorganismos patogênicos.

Finalmente, o art. 9º define as penalidades pelo descumprimento das determinações contidas no projeto: multa, suspensão temporária ou definitiva de atividades ou prisão simples de até três anos.

II – Análise do Projeto

O crescimento econômico, associado a um uso cada vez mais intensivo de recursos naturais, bem como o avanço da sociedade de consumo têm ocasionado geração crescente de resíduos, cuja disposição inadequada passa a oferecer riscos à saúde pública e ao meio ambiente. Com respeito ao lixo urbano, vale ressaltar que sua produção **per capita** nas principais cidades brasileiras já se aproxima dos índices observados nos países desenvolvidos.

Os riscos à saúde afetam particularmente as populações mais pobres concentradas na periferia das áreas metropolitanas e resultam principalmente do lançamento de lixo a céu aberto. A disposição final desses resíduos ainda é muito precária no Brasil: no final dos anos oitenta, metade do lixo coletado era lançado em áreas não controladas, sem qualquer tipo de tratamento. Nas regiões Norte e Nordeste, a situação era calamitosa, chegando esse índice a noventa por cento. Ainda com respeito a esse aspecto, deve ser enfatizado o comprometimento da qualidade da água destinada ao consumo humano, afetando, indistintamente, todas as classes sociais e ocasionando custos elevados de tratamento especial desse recurso.

Numa perspectiva ambiental mais ampla, o lançamento, em cursos d’água, de resíduos não tratados compromete a utilização dos recursos hídricos pela indústria e pela agricultura. Há que se ressaltar, ainda, o comprometimento da fauna aquática, com o sacrifício do potencial pesqueiro.

A importância e a urgência de um encaminhamento para esse grave problema foram reconhecidas pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) que, ao elaborar o documento Agenda 21, dedicou todo um capítu-

lo ao assunto. Trata-se do art. 21, que trata do "Manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos".

Com respeito ao manejo dos resíduos, o referido capítulo enfatiza a importância de programas destinados a desenvolver e fortalecer a capacidade nacional de tratar os resíduos e depositá-los com segurança.

Embora o gerenciamento de resíduos sólidos, por sua complexidade, demande estratégias multifacetadas, reconhecemos que o projeto de lei ora examinado representa um primeiro e importante passo no sentido de equacionar esse grave problema.

III – Voto

Com base no exposto, somos pela aprovação, no mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1996.

Sala da Comissão, 29 de março de 2000. – **Osmar Dias**, Presidente – **José Alencar**, Relator – **Marina Silva** – **Lúcio Alcântara** – **Juvêncio da Fonseca** – **Geraldo Althoff** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Tião Viana** – **Moreira Mendes** – **Pedro Piva** – **Carlos Bezerra** – **Luiz Pontes** – **Jonas Pinheiro** – **Sebastião Rocha** – **Luzia Toledo** – **Marluce Pinto** – **Emilia Fernandes** (Sem voto) – **Heloisa Helena** – **Geraldo Cândido** – **Djalma Bessa**.

PARECER Nº 292, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei do Senado nº 380, de 1999, de autoria do Senador Arlindo Porto que “altera dispositivos da Lei nº 9.503 [Código de Trânsito Brasileiro], de 23 de setembro de 1997, de modo a permitir dispensa de exame de saúde a categorias profissionais específicas.”

Relatora: Senadora Luzia Toledo

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 380, de 1999, de autoria do ilustre Senador Arlindo Porto, propõe alteração do art. 148 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõe sobre exames de habilitação para a condução de veículos automotores. A alteração visa estender a dispensa da realização de exames de saúde, autorizada para aeronautas, a outras categorias profissio-

nais, segundo critérios a serem definidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Em sua justificativa, o autor argumenta que, a exemplo dos militares, outros profissionais são obrigados a passar por exames de aptidão física e mental extremamente rigorosos, em virtude de peculiaridades próprias da atividade a que se dedicam. Indicando que a legislação faculta ao serviço público delegar a terceiros a aplicação de exames de saúde, conclui o Senador que as instituições empregadoras desses profissionais teriam, com mais propriedade, condições de emitir certificados de aptidão física e mental válidos para a obtenção de carteira de habilitação.

Enviada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão terminativa, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

A proposição do eminentíssimo Senador Arlindo Porto destaca-se por sua contribuição para simplificar os procedimentos burocráticos que tanto penalizam os cidadãos em suas atividades cotidianas: no caso em foco, a obtenção da carteira de motorista.

De fato, em inúmeras localidades do País, os candidatos a motorista são submetidos a desgastantes deslocamentos, às mais diversas instituições, para a aquisição de sua carteira de habilitação. Por essa razão, consideramos meritória a iniciativa de admitir como válidos, para os fins aqui propostos, os certificados de saúde emitidos por instituições profissionais reconhecidamente rigorosas no tocante às condições físicas e mentais de seus funcionários, desde que a avaliação seja disciplinada por critérios do Contran.

No que concerne ao âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, certificamos que o projeto atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade e apresenta-se em conformidade com a boa técnica legislativa.

III – Voto

Pelo exposto, somos, portanto, favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 1999.

Sala da Comissão, 29 de março de 2000. – **José Agripino**, Presidente – **Luzia Toledo**, Relatora – **Jefferson Péres** – **José Eduardo Dutra** – **Pedro Simon** – **Carlos Wilson** – **Roberto Requião** – **Lúcio Alcântara** – **Álvaro Dias** – **Roberto Freire** – **Bello Parga** – **Romeu Tuma** – **Ramez Tebet** – **Antônio Carlos Valadares** – **Agnelo Alves** – **Bernardo Cabral** – **Iris Rezende** – **José Fogaça**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS N° 380, DE 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDÓ				1- CARLOS BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				2- AGNELO ALVES	X-		
IRIS REZENDE	X-			3- GILVAN BORGES			
JADER BARBALHO				4 - LUIZ ESTEVÃO			
JOSE FOCAÇA	X-			5- NEY SUASSUNA			
PEDRO SIMON	X-			6- WELLINGTON ROBERTO			
RAMEZ TEbet	X-			7- JOSÉ ALENÇAR			
ROBERTO REQUJÃO	X-			8- VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL	X-			1- MOREIRA MENDES			
JOSE AGRIPIÑO				2- DIALMA BESSA			
EDISON LOBÃO				3- BELLO PARGA	X-		
FRANCELINO PEREIRA				4- JUVENCIÓ DA FONSECA			
ROMEU TUMA	X			5- JOSE JORGE			
MARIA DO CARMO ALVES	X			6- MOZARILDO CAVALCANTI			
TITULARES - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS	X-			1- ARTUR DA TAVOLA			
CARLOS WILSON	X-			2- PEDRO PIVA			
LUCIO ALCÂNTARA	X-			3- LUIZ PONTES			
LUZIA TOLEDO	X-			4- ROMERO JUCA			
SÉRGIO MACHADO				5- GERALDO LESSA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ANTONIO C. VALADARES (PSB)	X-			1- SEBASTIÃO ROCHA (PDT)			
ROBERTO FREIRE (PPS)	X-			2- MARINA SILVA (PT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	X-			3- HELOISA HELENA (PT)			
JEFFERSON PERES (PDT)	X-			4- EDUARDO SUPlicy (PT)			

TOTAL: 17 **SIM:** 17 **NAO:** — **ABSTENÇÃO:** —

Sala das Reuniões, em 29 / 3 / 2000

*Senador JOSE AGRIPIÑO
Presidente*

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 23/2000-CCJ.

Brasília, 29 de março de 2000

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 1999, de autoria do Senador Arlindo Porto, que “Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de modo a permitir dispensa de exame de saúde a categorias profissionais específicas”.

Cordialmene, Senador **José Agripino Maia**

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1996 (nº 1.708/91, na Casa de origem), que define condições para o lançamento de esgotos e a disposição de resíduos sólidos, e dá outras providências, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres

É lido o seguinte:

OFÍCIO S/Nº/2000

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 39, II do Regimento Interno do Senado Federal e conforme o previsto no art. 56, I da Constituição Fedreal, comunico a Vossa Excelência a minha investidura no cargo de Secretário de Estado do Governo do Tocantins, ocorrida nesta data, de acordo com o Termo de Posse anexo.

Sala das Sessões, 30 de março de 2000. – **Eduardo Siqueira Campos**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência tomará as providências necessárias à convocação do suplente.

O expediente vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, por vinte minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eu havia providenciado minha inscrição, a fim de abordar assunto que diz respeito à Agência Nacional de Águas. No entanto, hoje, pela manhã, fui surpreendido por uma das notícias mais tristes que poderiam ter chegado ao meu conhecimento: colegas advogados do Piauí informaram-me que um dos maiores homens daquele Estado havia falecido no dia de ontem.

Esse homem, médico, de nome Clidenor de Freitas Santos, mais conhecido como Dr. Clidenor de Freitas, foi um amigo com quem convivi ao longo de quase quarenta anos. Posso afirmar que, durante todo esse tempo, em nenhum instante vi em seus lábios o sorriso fácil e rasteiro da bajulação. Era um homem íntegro, por inteiro. Quando completou oitenta anos de idade, fez questão de reunir os amigos, muitos dos quais no passado foram cassados pelo Governo militar e perderam dez anos de direitos políticos e alguns o lugar de professor, como eu, que perdi meu cargo na Faculdade de Direito do CEUB. Naquela altura, Clidenor mostrava a pujança de sua vida, não só intelectual, mas afetiva. Todos acorreram à sua casa: o Governador, os membros da Academia Piauiense de Letras, Deputados Estaduais e Federais. Lembro-me de que Fernando Santana, Deputado Federal pela Bahia, e Almino Afonso, ex-Vice-Governador do Estado de São Paulo e primeiro Deputado Federal pelo Estado do Amazonas, e eu conversávamos com Clidenor na biblioteca. Ele dava a impressão de que o tempo para ele não correria, haveria de ser perpétuo, se não o foi fisicamente há de ser com certeza na mente, no pensamento, na lembrança dos seus amigos.

Traço um ligeiro perfil dele: nasceu em Miguel Alves, no Piauí, no dia 16 de fevereiro de 1913 e faleceu no seu Estado natal, como disse ainda há pouco, no dia de ontem, 02 de abril do ano 2000. Era médico, professor, escritor, político e conferencista. Dirigiu primeiro o Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, depois idealizou, fundou e dirigiu, até seus últimos dias, o famoso Sanatório Meduna, em Teresina, que inaugurou em 21 de abril de 1954. Nesse dia Clidenor fez

uma página de oratória destinada toda ela aos filhos e para quando fechasse os olhos definitivamente.

Foi membro fundador da Associação Piauiense de Medicina, e nos idos do Governo João Goulart presidiu o Ipase o que lhe custou, quando veio a Revolução, uma perseguição sem fim. Era Doutor **Honoris Causa** da Universidade Federal do Piauí, foi Deputado Federal, Presidente da Academia Piauiense de Letras e deixou alguns livros famosos: Ideologia e Circunstância, A Glória de Saraiva, Shakespeare, Criador de Símbolos e As Bases Psicológicas do Nacionalismo, que fez verdadeira escola quando veio a público.

Wilson Carvalho Gonçalves, em seu *Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense*, de 1993, escreveu estas linhas sobre Clidenor: "Médico psiquiatra de renome, portador de grande cultura científica e humanística." Posso confirmar isso, Sr. Presidente, ainda que não seja um homem de grande cultura, sei onde ela reside.

Clidenor e eu tínhamos uma amizade tão forte que conseguiu vencer o tempo, a distância e o silêncio. Quando vinha a Brasília ou eu ia accidentalmente a Teresina, dava gosto ouvi-lo falar de Dom Quixote. Ele conhecia a obra de Cervantes de ponta a ponta; talvez tivesse uma das maiores bibliotecas, que situou entre as cinco do mundo, em torno de Cervantes, tanto que colocou à frente de seu Sanatório Meduna uma estátua de Dom Quixote, que mereceu do então Presidente da República, hoje Senador, José Sarney, um discurso em torno da personalidade de Clidenor, com quem também conviveu muito.

Outro traço característico da sua personalidade era sua coragem física, sua bravura. Quando nossos colegas cassados estavam em Buenos Aires, era Clidenor quem os sustentava, de forma financeira, médica e afetiva, indo lá de vez em quando. Todos os que ali estiveram sempre deram uma palavra de carinho a Clidenor.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que a Câmara, hoje, pelas suas maiores figuras, sobretudo as que estão na Oposição, hão de render homenagens a Clidenor.

Quero fazê-lo como amigo, um amigo que considera irreparável a perda, para o País, de um homem da sua categoria, e, por essa razão, Sr. Presidente, deixo esta tribuna profundamente emocionado, pedindo a V. Ex^a que faça chegar ao conhecimento da viúva e dos filhos essa manifestação de condolências. Como não a desejo somente minha, Sr. Presidente, encaminho requerimento à Mesa, solicitando a V. Ex^a que determine a sua leitura e, se aprovado, a Casa

faça dar conhecimento aos filhos e à viúva de que o gesto do Legislativo não passou despercebido por quem foi um homem por inteiro; homem na acepção exata do termo.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 156, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Doutor Clidenor de Freitas Santos,

a) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 3 de março de 2000.— **Bernardo Cabral – Nabor Júnior.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Será a cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se, sexta-feira última, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Resolução nº 23, de 2000, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, quatrocentos e oito euros junto ao Banco KFW da Alemanha;

– Projeto de Resolução nº 24, de 2000, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de três milhões, cento e sete mil, trezentos e setenta e seis euros junto ao Banco KFW da Alemanha;

Não tendo recebido emendas, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, por vinte minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, embora tenha consciência de que os Srs. Senadores presentes no plenário desejam mesmo discutir o embate memorá-

vel que se travará entre o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, e o Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho, com a quebra de sigilos bancários, a explicação de enriquecimento ou não, abordarei um assunto menos momentoso.

Sinto, Sr. Presidente, que se avoluma, no Congresso Nacional, o número daqueles que querem modernizar o processo político no Brasil, acabando, vez por todas, com a Justiça Eleitoral.

Somente o Brasil e a Finlândia têm essas instituições aberrantes. O conjunto dos países desenvolvidos tem uma comissão eleitoral, que funciona às vésperas das eleições e que, durante o resto do ano, integra-se ao Poder Judiciário e aos partidos políticos, pois também representantes dos partidos fazem parte das ditas comissões eleitorais.

No Brasil, não: constroem-se prédios magníficos, e, durante o ano inteiro, esses palácios do ócio consomem verbas que podiam ser destinadas às funções regulares do Poder Judiciário.

Creio que o Poder Judiciário, principalmente nas primeiras instâncias dos Tribunais Regionais, desborda a sua competência e funciona, muitas vezes, como no Paraná, tal qual uma espécie de partido político, prejudicando determinados candidatos e agremiações e privilegiando outras.

O Tribunal Superior Eleitoral faz o que pode; funciona com isenção. Dou-lhe, Sr. Presidente, um exemplo: durante a última campanha eleitoral, quando concorri ao Governo do Paraná, tive, sistematicamente, os meus programas eleitorais, após a primeira exibição, retirados do ar por um juiz singular, cuja decisão, posteriormente, era confirmada pelo Tribunal Regional Eleitoral.

No último dia do processo, o TSE, julgando favoravelmente a nós todos agravos, determinou que todos os programas deviam e podiam ser colocados no ar. No entanto, como havia acabado o tempo destinado à propaganda eleitoral gratuita, não podíamos mais fazê-lo.

Fui surpreendido também, recentemente, pelas tais multas por propaganda eleitoral ilegal. E digo surpreendido porque nada fiz de ilegal. Observando os processos, notei que, em entrevistas a rádios – e foram nove as condenações no valor de vinte mil UFIRs cada uma, ou seja, cerca de R\$180 mil –, criticara o Governo, críticas estas que o juiz singular e depois o Tribunal Regional Eleitoral consideraram "propaganda eleitoral irregular". Vale dizer que isso aconteceu num período muito anterior à própria convenção partidária, Sr. Presidente.

O Congresso Nacional, percebendo os erros da Justiça Eleitoral de primeiro e segundo graus e, fundamentalmente, percebendo que, como não havia contradição entre jurisprudências de tribunais de Estados diferentes – o que viabilizava os agravos –, era impossível recorrer ao TSE, o qual simplesmente se recusava a examinar os incidentes processuais levantados, não corrigindo, pois, dessa feita, as abundantes condenações, o Congresso Nacional votou uma lei de anistia, acabando com os absurdos perpetrados por juízes singulares e confirmados pelos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais.

Demagogicamente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, aquele da reeleição, aquele dos incidentes de compra de votos, aquele que disputou a eleição utilizando o jato presidencial – para o quê, aliás, foi autorizado pelo Tribunal Superior Eleitoral. O Presidente Fernando Henrique, que disputou na plenitude do seu poder controlando a mídia, distribuindo verbas para estatais e parestatais, simplesmente veiou a anistia estabelecida pelo Congresso Nacional.

Sr. Presidente, recebi um e-mail, de 13 de janeiro, que está em meu gabinete, de um radialista que entrevistou um vereador.

Então, o que ele me diz, fazendo um apelo, para que eu, como Senador o socorra. Ele diz o seguinte:

Ocorre que sou uma das vítimas dessa truculenta lei. Jornalista e radialista em minha cidade, com vida até hoje limpa de qualquer penalidade ou processo, fiquei pasmo com o que me acontece no momento.

Em um programa noticioso e jornalístico, perguntei a um vereador local, em entrevista radiofônica:...

Em janeiro, agora, Sr. Presidente, no dia 12 de janeiro.

"...O senhor é candidato a prefeito?" A resposta foi afirmativa. Depois, a entrevista seguiu sobre as atividades da Câmara de Vereadores e sobre a situação do entrevistado, que é também primeiro suplente de Deputado Estadual por Goiás.

Os inimigos políticos do vereador denunciaram o fato ao promotor eleitoral, terminando este por representar o juiz eleitoral contra o vereador e também contra mim, entrevistador. Feita a minha defesa, no exíguo prazo de 48 horas, a sentença do juiz eleitoral condenou-me, como ao vereador, ao pagamento de uma multa pecuniária no valor de 20 mil UFIRs para cada um.

Para recorrer da sentença, tive o desesperador prazo de 24 horas, mas consegui fazer o recurso dentro do limite de horário que a Lei nº 9.504/97 estabelece, e foi protocolado no Cartório Eleitoral no dia de ontem, 12 de janeiro de 2000.

É realmente um absurdo! O nome desse radialista é Geraldo Sampaio; ele é de Goiás e tem um programa de rádio.

Sr. Presidente, mais recentemente, nesta semana, o famoso Tribunal Regional Eleitoral do Paraná estabeleceu que ninguém mais poderia pôr um **outdoor** na cidade. Existe um rapaz, o filho do ex-Senador José Richa, que colocou um cartaz – evidente que para promoção pessoal e não para propaganda política – que diz o seguinte: "www.betoricha.com.br Entre na Curitiba 2001". Ele se promove. Ninguém sabe se esse rapaz será candidato – ele é deputado estadual – a vereador ou não. Outro exemplo: Moreno, que foi candidato a deputado estadual pelo PMN na eleição passada – teve uma belíssima votação e não se elegeu, porque o Partido não lhe ofereceu legenda, colocou também um **outdoor**, disponibilizando o seu **site** na Internet. O Moreno, seguramente, não é candidato a prefeito nem a vereador. Ele, hoje, faz parte do PMDB e pretende discutir candidaturas em 2002.

Pois bem, o Tribunal Regional Eleitoral mandou retirar tanto o cartaz do Beto Richa quanto o do Moreno, e todos os outros cartazes, anunciando programas radiofônicos que estavam expostos na cidade de Curitiba.

É um abuso! É um exagero absurdo na interpretação da lei. O Tribunal toma essas medidas e multa com 20 mil UFIRs, e o TSE não examina essas questões porque não são questões constitucionais e porque não existe divergência de jurisprudência entre Estados.

A impressão que se tem é a de que o registro de uma candidatura, hoje, transforma um cidadão em marginal, tirando-lhe o direito de expressão: o cidadão não pode mais falar nem opinar sobre os erros ou os acertos do Governo Municipal e Estadual, porque tudo é considerado – pelos juízes, que passam o ano inteiro, sem fazer nada – infração da lei eleitoral.

O Congresso Nacional derrubou essas multas. E fez muito bem. Por conta dessa medida do Congresso e da defesa que fiz da eliminação de multas absurdas estabelecidas por juízes rigorosamente irresponsáveis, fui agredido de forma solerte por um ou uma editorialista do **Jornal da Tarde**, do grupo do **Jornal O Estado de S. Paulo**.

Quero que esse ou essa editorialista se arrependa, porque sou cristão. Acredito que uma culpa pode ser purgada, primeiro, com o arrependimento; depois com a confissão; em seguida, com a penitência; e só depois, com a absolvição. Eu importa, como condição para a absolvição do editorialista ou da editorialista do **Jornal da Tarde**, o registro de uma candidatura de vereador, para que ele ou ela sentisse o que é não poder mais dar a sua opinião sobre o Pitta, em São Paulo, ou sobre o Mário Covas, no Governo do Estado, e ainda ser considerado ou considerada marginal, simplesmente porque está disputando uma eleição.

No entanto, Sr. Presidente, o TSE abriu os olhos para as denúncias que surgiram no Brasil inteiro, mas só o fez agora, porque uma série de recursos não foram providos nem conhecidos, porque o Tribunal Superior Eleitoral entendia que não estava em discussão um princípio constitucional e não havia divergência de julgados de Estados, até porque a lei era nova e o Tribunal não discute matéria de prova. Então, por uma impossibilidade regimental e processual, os Tribunais Regionais dos Estados impuseram multas absurdas de 40 mil UFIRs, divididas entre o indivíduo multado e a rádio que veiculara as suas opiniões. Mas agora, o Tribunal acordou. E, num recurso feito por mim, por meio dos meus advogados, o recurso especial, decidiu o seguinte:

O recurso especial, com base na divergência jurisprudencial, só se justifica se o dissenso se verificar entre julgados de diferentes tribunais regionais.

É impossível. No caso do Paraná, ingressei com recurso, porque o Tribunal, quando havia reclamação contra o PFL – o Jaime Lerner –, simplesmente ignorava; mas quando era contra o PMDB ele imediatamente multava.

Então, mandamos os julgados diversos do mesmo Tribunal para o Tribunal Superior Eleitoral, que considerou que a divergência, num mesmo Tribunal, era provavelmente uma evolução da legislação e não justificava o agravo especial, porque não se tratava de uma divergência em Tribunais diferentes. No entanto, resolveu aquela Corte Eleitoral examinar o mérito, decidindo o seguinte:

Não se configura pelo fato de, em entrevista, o político fazer críticas à ação administrativa do Governo e apontar o que considera deveria ser feito, e o seria, caso as oposições assumissem o Governo.

Então, ele simplesmente mostrou que esses Tribunais estavam errados. Mas o que é que resta dessa situação toda? Enquanto o Tribunal Superior Eleitoral não accordava para o arbítrio, o exagero, o abuso, a interpretação forçada da legislação pelo Tribunal do Paraná, por exemplo, os processos e os recursos não foram examinados. E, embora esse acórdão assegure a mim e a todos os políticos e Partidos do Brasil que a crítica ao Governo, a colocação de propostas alternativas e o exame de atos realizados em governos anteriores não constituem propaganda política condenável, eu estou condenado em R\$180 mil pelo arbítrio, pela falta de senso e de isonomia do Tribunal Regional do Paraná.

O acórdão é realmente muito interessante. O voto do Ministro Eduardo Ribeiro merece uma leitura, para que se registre definitivamente nos Anais do Congresso e para que os Partidos políticos e os agraciados por esses absurdos julgados dos Tribunais Eleitorais dos juízes singulares possam se defender.

O Sr. Ministro Eduardo Ribeiro – esse voto foi aprovado por unanimidade no Tribunal Superior Eleitoral – diz o seguinte:

Certamente que o recurso não era admissível com base no dissídio, pois que indicado acórdão do mesmo Tribunal que prolatou a decisão recorrida e o cabimento do especial requer "divergência na interpretação da lei entre dois ou mais Tribunais". Nada importa que a lei fosse recente e que, por isso, não houvesse, à época, julgados de outros Tribunais. O recurso em questão visa uniformizar o entendimento jurisprudencial e, se não há dissenso, não há razão para que seja admitido, que seja admitido, com base no inciso II do § 4º do art. 121 da Constituição.

Considero, entretanto, que relevante argumentação, ao sustentar que violada a lei, merecendo que sobre ela se detenha a Corte, razão por que dou provimento ao agravo para melhor exame do especial.

Passo a seu julgamento.

Está a questão em saber se a entrevista concedida pelo recorrente configurou propaganda eleitoral, de maneira a atrair a incômoda do disposto no art. 36 e seu § 3º da Lei nº 9.504/97.

Os trechos de minha entrevista estão transcritos aqui e dou destaque a alguns pontos. Dizia eu:

...eu não posso ficar vendo o nosso Paraná acabar durante um Governo só, Pereirinha" – Pereirinha era o entrevistador da rádio com o qual eu conversava. "O nosso Estado se emancipou de São Paulo há mais de 150 anos e não é possível que um Governador, um governo, (...) acabe com o Estado. Pedágio nas estradas, que é um crime, o Banco do Estado do Paraná quebrado, sendo vendido, a Copel sendo vendida, roubo na Secretaria de Agricultura, Ferroeste doida! Meu Deus do céu (...) nós temos que pôr um fim nisso, mas que o fim disso seja uma boa nova, Pereirinha. Uma Coligação bonita de partidos de oposição com programas sérios de reconstrução, a volta do Panela Cheia, do Bom Emprego, do Paraná Rural, do Casa da Família..." – cito uma série de programas da administração do PMDB, da minha administração, da do Álvaro Dias e do Richa que, aliás, nem são mais do PMDB atualmente – "... a volta das estradas livres, dos caminhos da liberdade no Paraná, a agricultura prestigiada, o interior valorizado...

Nessa linha, desenvolvia a minha entrevista. Dizia eu mais adiante:

Quando eu fiz a ponte de Guaíra, eu fiz a ponte para facilitar a vinda dos grãos do Paraguai e de Mato Grosso..." – era para o Porto de Paranaguá, melhorando a economia brasileira que se suportaria nessa possibilidade de exportar produto da Argentina e do Paraguai.

O atual Governador meteu um pedágio na ponte de Guaíra, que é uma ponte de 3.300m, e de nada mais ela adiantou, porque o pedágio eliminou o fator estratégico da ponte, qual seja: baixar o preço do transporte de grãos para o produtor, e também baixar o preço para a exportação.

Continuava eu:

...nós estamos fazendo a crítica, Pereirinha, mas vamos assumir aqui um compromisso: se o povo do Paraná apoiar, eu acordo com isso, o governo das oposições acaba com isso, porque não existe direito adquirido contra o interesse público. A gente restabelece a moralidade nas estradas, só pode haver pedágio se a estrada for dupla, se for construída inteiramente pelo empresário privado com seu próprio dinheiro e se

houver a possibilidade de se fazer o mesmo caminho por uma estrada pública e gratuita, eu chamo esse projeto, Pereirinha, de caminho da liberdade...

E fui descrevendo uma série de projetos que são projetos das oposições.

Conclui o Ministro Relator:

A maior parte do acima transcrito constitui-se em crítica à ação administrativa do governo estadual, o que é perfeitamente normal partindo de um político oposicionista. Mencionou-se, ainda, o que o governo anterior havia realizado. Por fim, isso o que mais importa, referiu-se a entrevista ao que devia ser feito e o seria, caso as oposições ganhassem o governo.

A meu sentir, não chega a constituir propaganda eleitoral. Trata-se de algo que me parece normal na atividade política. É próprio dela fazerem-se críticas e indicarem-se as soluções, apontando o que se considera deva ser feito.

Entendo, com a devida vénia, que houve excessivo rigor na interpretação do disposto no citado dispositivo da Lei 9.504/97. Conheço do recurso e dou-lhe provimento para julgar improcedente a representação.

A votação foi unânime, o recurso foi provido e a decisão do TRE do Paraná, mais uma vez, foi liqüida, quando o exame do seu mérito coube ao Tribunal Superior Eleitoral.

Na Presidência da Câmara, estava o Exmº Sr. Ministro Néri da Silveira. Presentes os Srs. Ministros Maurício Corrêa, Nelson Jobim, Eduardo Ribeiro, Edson Vidigal, Eduardo Alckmin, Costa Porto e o Dr. Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral Eleitoral.

O Tribunal Superior Eleitoral corrige os erros do Paraná, mas essa correção não atinge os absurdos concedidos anteriormente; e não existe, Sr. Presidente, recurso, a não ser os recursos extraordinários na execução das multas, que possa pôr fim aos erros dos tribunais estaduais e dos juízes singulares, porque, inicialmente, o TSE dizia que não examinava contradições do mesmo tribunal, e não havia contradições em tribunais diferentes porque a lei era nova, e não examinava matéria de fato.

O Tribunal Superior Eleitoral accordou agora, mas estou injustamente multado em R\$180 mil. E só há um caminho para resolver isso, constitucional: é o Congresso Nacional se manifestar e eliminar todas as

punições provenientes do arbítrio e de uma dificuldade processual e regimental.

Não tem cabimento que, pelo simples fato de registrar uma candidatura, um indivíduo tenha sustado o seu direito à expressão e à crítica. E esses abusos dos Tribunais Eleitorais Estaduais são corrigidos, a fim e ao cabo, pelo TSE, mas o número de processos, Senador Jefferson Péres, é tão grande que as coisas só acontecem quando a correção não tem mais efeito objetivo algum.

Essas medidas, essas liminares dadas pelos juízes singulares, se transformam nas famosas liminares satisfatórias, que resolvem o problema. Com a posterização do julgamento final, que só ocorre em momento posterior ao horário eleitoral gratuito, elas se transformam em liminares satisfatórias e definitivas, punindo de forma arbitrária quem não merece ser punido.

É preciso que esse movimento para a supressão dos Tribunais Eleitorais no Brasil tome corpo. Não significa que estejamos pregando a desordem absoluta, mas é uma imoralidade inquestionável um prefeito, hoje, candidato à reeleição, financiar os programas de televisão do seu município ou do seu estado.

Os jornais que dão notícias da prefeitura, que paga cadernos de realizações dessa prefeitura, de quatro ou cinco páginas, como outro dia a **Gazeta do Povo** publicava a respeito do Prefeito Cássio Taniguchi, de Curitiba, e, enquanto isso, o Deputado Estadual Beto Richa não possa divulgar o número, o nome, a indicação da sua **homepage**, na Internet, em um **outdoor**; ou que um candidato pobre a vereador não possa ter o seu nome escrito no muro da sua casa, porque é propaganda política irregular, enquanto o prefeito, no exercício do poder e com as chaves do cofre do tesouro da prefeitura, faz o que fazia o Fernando Henrique: aparece com uma imagem favorável em todos os comunicados do jornalismo dirigido.

É preciso que o Congresso não tenha medo de enfrentar essas situações e não se intimide diante da patifaria de um editorial como o da apedeuta redatoria do jornal **Folha da Tarde**. É preciso que as coisas sejam explicadas em detalhe, como fiz agora, mostrando que quando eu me opunha a esses julgados absurdos o fazia com razão. Tanta razão que a razão acabou sendo reconhecida pelo TSE.

Mas, Senador Jefferson Péres, e as multas anteriores, quando o TSE ainda se recusava a discutir o mérito dessas questões? Como é que ficam? Têm que ser pagas? O salário de um Senador da República é de R\$4.500,00 por mês, líquido, no meu caso, com a contribuição para o meu Partido, para a Funda-

ção Pedroso Horta e outros descontos, engordado com as convocações extraordinárias. Quatro mil e quinhentos reais por mês faz com que tenhamos um número bem menor que R\$60 mil por ano. Os juízes do Paraná, que se contradizem comigo desde o momento em que, na condição de Governador, lhes neguei um aumento absurdo e sem lei que eles pretendiam impor ao Erário, têm me condenado. Cento e oitenta mil reais significa o pagamento sem nenhum motivo, a não ser o ódio corporativo de alguns magistrados contra alguém que os tratou da mesma forma com que tratava o conjunto dos funcionários públicos, com a mesma isenção e, quando necessário, com a mesma magnanimidade; significa que eles querem me impor uma multa equivalente a três anos do meu salário no Senado da República. E não tenho recursos para liquidar com o absurdo, que já foi tratado e fulminado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Mas, timidamente, o caminho, sem sombra de dúvida, goste o Estado de São Paulo ou não, é eliminar o arbítrio e de alguma forma conter esse ódio estabelecido aos políticos, que se manifesta nos jornalões mas se manifesta também nos julgados de alguns juízes quando os políticos não lhes agradam.

Sou um político correto. Eu fiz a campanha para o Governo do Estado com R\$481 mil; e o meu adversário gastou, com dinheiro público, em quatro anos de propaganda, R\$500 milhões, mais do que o Orçamento de muitos Estados brasileiros. Com R\$500 milhões, poder-se-ia construir uma hidrelétrica. A denúncia foi feita ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, mas devidamente ignorada.

Não há punição para aqueles que, verdadeira e duramente, atacam a legislação eleitoral e se valem dos recursos públicos para promover suas campanhas, mas um vereadorzinho que pichar um muro está em palpos de aranha: são 20 mil UFIRs, cerca de R\$20 mil.

Pior ainda, Sr. Presidente, em Natal, a capital do Rio Grande do Norte – diga-se de passagem, uma das cidades mais bonitas do Brasil, com um litoral paradisíaco e uma população maravilhosa –, se um garoto da prefeitura resolver disputar a eleição para a Câmara Municipal, ele tem que se descompatibilizar do cargo, mas o prefeito não precisa, como não precisou o Presidente da República. Isso é um escárnio, é uma brincadeira. Só editoriais irresponsáveis, como o do **Estadão**, de São Paulo, são capazes de fazer a crítica dos que querem corrigir esses absurdos.

Pouco se me dá se o **Estadão** gosta ou não da minha posição, mas o editorial canalha chegou a me chamar de lixo: "Joguem o Senador no lixo, porque

ele está defendendo a anistia dos crimes que não cometeu." Aliás, o que está completa e plenamente estabelecido pelo julgado do Tribunal Superior Eleitoral. E aqui vai para quem se interessar:

Agravo de Instrumento nº 2.088, Classe 2º, Paraná (Curitiba).

Relator: Ministro Eduardo Ribeiro.

Sr. Presidente, temos de corrigir esse absurdo, que tira os pobres do processo político, que dá poderes absurdos para juízes irresponsáveis, e não devemos nos intimidar com editoriais estúpidos de apedrejadas contumazes.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra, por vinte minutos, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nos últimos meses, vários Senadores ocuparam a tribuna do Senado para manifestar sua preocupação com a privatização de companhias de saneamento estaduais.

Hoje, reuno minha voz a desses Senadores, porque amanhã, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, será privatizada a Companhia de Saneamento do Amazonas.

Longe de mim, Sr. Presidente, a pecha de estatizante. Apoiei com entusiasmo a desestatização de várias empresas, porque entendi, como continuo entendendo, que o Estado brasileiro deveria ser desinchado com a alienação de algumas de suas empresas, visando ao abatimento da dívida pública.

Mas eu me alio aos que não concordam com uma privatização generalizada e a qualquer preço das empresas pertencentes ao Estado, principalmente quando se trata de água e esgoto, um serviço essencial e que constitui um monopólio natural. Como já foi dito anteriormente, o serviço de água não é como o de telefone. O usuário do serviço telefônico, disse o Senador Geraldo Melo, poderá optar entre duas ou três empresas que disponibilizem o serviço. Haverá, portanto, competição. No entanto, não existe a possibilidade de duas tubulações de água, de empresas diferentes, na mesma rua. O Senador Geraldo Melo – eu me lembro bem – mencionou o fato quando falava da privatização da Caern – empresa de água de seu Estado. Sendo monopólio natural, não há como evitar que uma única empresa forneça água aos consumidores de qualquer cidade do País.

Por outro lado, Sr. Presidente, preocupa-me a forma como está sendo feita a privatização: sem transparência. Não sei se a avaliação está correta e

não sei se o preço mínimo estipulado equivale ao valor da empresa. Portanto, receio muito que, quando ocorrer – se ocorrer –, a privatização, esteja reservado para os consumidores, para toda a população de Manaus um futuro sombrio, tendo em vista que não sei, e nenhum de nós de Manaus sabe, o que pode acontecer.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB-RN) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Cedo-lhe o aparte, com satisfação, Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Senador Jefferson Péres, quero mais uma vez manifestar minha opinião sobre o assunto, já que tenho dito muitas vezes que sou, por algumas das razões que V. Ex^a acabou de anunciar, contrário à idéia de privatização dos serviços de água e esgoto no Brasil, apesar de ter sido favorável à privatização de inúmeras outras empresas públicas em inúmeros outros setores de atividades. Era favorável, porquanto via nessas privatizações a possibilidade de aumentar a eficiência e o benefício para o usuário dos serviços por meio da competição que instalar-se-ia. Em telecomunicações, há um exemplo bastante nítido com o surgimento de empresas espelho que competirão com as empresas privatizadas, de tal maneira que o consumidor terá a opção pelos serviços daquela que lhe ofereça maior vantagem dentro do mesmo padrão de qualidade. Isso não é possível, como V. Ex^a acaba de destacar, nas empresas de água e esgoto. Além disso, com sinceridade, deve ser ignorância minha, mas não conheço em lugar nenhum do mundo a prestação desses serviços pela iniciativa privada. Mesmo nos Estados Unidos, país adotado como paradigma para a organização do capitalismo moderno no Brasil, só tenho conhecimento de uma experiência, que representa mais ou menos 10% do conjunto dos serviços de abastecimento de água e esgoto naquele País, por organizações que são privadas por pertencerem aos funcionários das empresas prestadoras dos serviços. E o resultado dessa experiência não é considerado satisfatório nos Estados Unidos. Embora me alongue um pouco mais do que desejaria, gostaria de destacar um ponto. A razão que vem sendo alegada para justificar a privatização é a seguinte: o Brasil precisa ampliar os serviços de água e esgoto oferecidos à sua população e não tem dinheiro. Para obter esses recursos, precisa privatizar essas atividades. Portanto, foi pensando nesse argumento – embora seja contra a privatização, não posso impedir que ela se faça que apresentei uma proposta concreta ao Senado Fede-

ral. Veja-se o caso do Estado do Amazonas. De que forma será feita a privatização? Mediante a venda das ações do Estado a um investidor particular. Ou seja, há um investidor disposto a aplicar dinheiro no setor de água e esgoto, tanto que está comprando ações do Governo do Estado do Amazonas numa empresa desse tipo. Contudo, esse dinheiro será entregue ao Governo, mas não mais poderá ser utilizado na ampliação dos serviços de água e esgoto, pelo simples fato de que a empresa prestadora desses serviços, após a privatização, será uma empresa particular, que tem dono. E o Governo do Amazonas não pode pegar o dinheiro dele, que pertence a toda a população, e aplicar numa empresa particular. Por esse motivo, propus já que não se pode evitar essa privatização que o processo se faça mediante aumento de capital: que ficasse o Governo do Amazonas com suas ações, que se emitissem ações em quantidade maior do que as que ele tem, que essas ações novas fossem adquiridas pelo grupo investidor, que assumiria o controle da empresa. Mais adiante, o Governo amazonense poderia vender suas ações em Bolsa, como está vendendo amanhã. Dessa forma, se fosse adotada minha proposta, o dinheiro aplicado por esse grupo para aquisição das ações do Governo do Amazonas dinheiro esse que sai do sistema seria usado para expansão dos serviços de água e esgoto do Estado; portanto, em benefício da população. Seria uma maneira de captar recursos não onerosos, para um programa de importância crucial como esse. Quanto a essa privatização que está sendo feita, considero-a altamente danosa aos interesses do Brasil e dos brasileiros. Por isso pedindo desculpas mais uma vez por ter-me alongado tanto, aproveito o discurso de V. Ex^a para dirigir um apelo a esta Casa: que o Senado Federal, após se debruçar sobre o projeto de lei que está apresentado, tenha a iniciativa e, em seguida, consiga o apoio da Câmara dos Deputados para que se discipline essa privatização. E que pelo menos o Governo Federal, por meio de suas agências, em particular o BNDES, não se associe apoiando, financiando, antecipando recursos a quem quer que seja para facilitar uma privatização feita dessa maneira. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT/ AM) – Muito obrigado digo eu, Senador Geraldo Melo. Muito gostaria que V. Ex^a fizesse a gentileza de me enviar cópia de seu projeto em tramitação nesta Casa. Desde já me associarei, com muito prazer, aos seus esforços para fazê-lo caminhar.

Senador Geraldo Melo, a empresa estatal que presta serviço de abastecimento de água em Manaus

é deficitária. Por quê? Segundo informação de sua diretoria, porque 50% das unidades de consumo da cidade não têm hidrômetro. Além disso, 30% da água distribuída são desperdiçadas, segundo estimativa da própria empresa, porque ela não tem recursos para investimento, e o BNDES, por decisão do Governo Federal, não financia tais empresas. No entanto, ouço dizer que, se as ações forem vendidas amanhã pelo preço mínimo estabelecido, de R\$175 milhões, o BNDES adiantará essa quantia ao Governo do Estado do Amazonas para aplicá-la não sei em quê, Senador Geraldo Melo. Certamente não será em saneamento básico.

Pergunto-lhe então, Senador: por que o Governo Federal não estabelece regras, condições estritas para que essas empresas recebam o financiamento? Por que não o faz, a fim de que essas empresas sejam saneadas – sem nenhum trocadilho, empresas de saneamento saneadas financeiramente – e pelo menos equilibrem suas contas, saindo do vermelho? Por que isso não é feito, Senador Geraldo Melo? Se existem dificuldades regionais por falta de vontade política, de se cobrar dos usuários pelo consumo efetivo, com tarifas sociais, por que o Governo Federal não impõe essas exigências para financiá-las e não faz o financiamento, talvez pela fórmula engenhosa proposta por V. Ex^a, mas de maneira que o Estado não se desobrigue do seu dever de atuar nesse campo básico para a população de qualquer cidade?

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – V. Ex^a novamente me concede um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Cedo-lhe mais uma vez um aparte, Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Serei muito breve, Senador Jefferson Péres. Apenas acrescento mais uma pergunta às muitas indagações que V. Ex^a acaba de fazer: por que será que alguém se interessa em aplicar dinheiro bom, vivo, do seu bolso para comprar o controle acionário de uma empresa deficitária, como V. Ex^a acaba de informar?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Certamente a atividade deve ser lucrativa, para que um grupo francês, que hoje se estende por vários países do mundo, seja um dos participantes do leilão.

Há outras questões que me preocupam nessa privatização apressada, Senador Geraldo Melo. Não há um quadro institucional estabelecido. Não existe uma agência reguladora, não existe uma política de recursos hídricos, não existe um conselho estadual de recursos hídricos. Que órgão burocrático do Estado vai controlar e fiscalizar essa empresa, Senador?

Os consumidores ficarão à mercê de uma empresa que, como é natural, visa exclusivamente ao lucro. Qual será a autonomia do órgão fiscalizador? Terá recursos humanos suficientes, qualificados, bem remunerados, para que não se deixem, por exemplo, corromper? Não existe. Não existe quadro regulador no Estado.

Portanto, Srs. Senadores, trata-se de uma privatização temerária, como eu já chamei, muito preocupante. Todos os esforços para adiar a privatização foram baldados, duas liminares concedidas na primeira instância foram cassadas pela instância superior, de forma que, se amanhã um dos lances cobrir o preço mínimo, o ato estará consumado e não sei quais serão as consequências para a população da minha cidade, principalmente para os mais pobres que é o que mais me preocupa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, por 20 minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL MA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o pretendido desenvolvimento da indústria turística em nosso País tem sido uma luta constante dos últimos Governos, especialmente do atual. Verbas são ampliadas para a difusão da nossa capacidade receptiva, mas os resultados, ao que se vê, não têm correspondido às expectativas desejadas pelo povo brasileiro.

Chega-se a essa conclusão quando se compara a realidade brasileira, em matéria de turismo, com a de outros países. Para citar apenas a Grécia, a Espanha ou Portugal, constata-se que o mercado do turismo, naquelas economias, tem valores relevantíssimos nas suas receitas. Compõe entradas de capital substanciais às suas economias, daí a importância prioritária que lhe dão as administrações, cuidando zelosamente por manterem e permanentemente aprimorarem uma infra-estrutura que, agradando aos turistas estrangeiros, os seduz a retornarem e a divulgarem as excelências dos países visitados.

As praias de Algarve, em Portugal, são realmente belíssimas e limpas, com lixeiras de bom gosto a cada cinquenta metros nos areais. As ilhas da Grécia, ponto de parada de cruzeiros marítimos, despertam

admiração pelos seus rituais. As cidades da Espanha, com seus monumentos e tradições, são uma visita obrigatória para os que demandam aquela região. Tudo isso, juntamente com os inúmeros atrativos não citados, é a inteira verdade, justificando o assédio dos turistas àqueles e a outros belos lugares espalhados pelo mundo.

No entanto, Sr. Presidente, os atrativos encontrados no Brasil nada ficam a dever aos de outros países. Ao contrário: a natureza e o homem brasileiro brindaram nosso País com belezas e características não encontradas em nenhuma outra parte do mundo. Se não temos a idade milenar das velhas nações da Europa ou da Ásia, temos, nas nossas cidades, o resultado do trabalho e do talento dos homens e mulheres do jovem Brasil. Somos jovens, mas temos logradouros, como os de Ouro Preto e de São Luís do Maranhão, para citar apenas estes dois, que compõem o elo que nos liga, sob o aspecto cultural, ao passado dos mais antigos.

Temos cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, que encantam pelo desenho que lhes pincelou a própria natureza ou pela pujança da sua economia.

Entre as praias do exterior, só abertas ao prazer do turista nos curtos períodos de verão, poucas se compararam, por mais bonitas que sejam, às paradisíacas praias brasileiras, especialmente as do Nordeste, cujas águas tépidas sob sol ardente não conhecem os limites das estações do tempo que possam comprometer sua freqüência.

A notória alegria da gente brasileira, a sua simpática acolhida aos que dela se aproximam – tão diferente dos que têm a latinidade no sangue –, o nosso clima, as belezas naturais que se multiplicam no Brasil, o privilégio de não sofrermos os graves desastres intempéricos, a nossa culinária, os folguedos regionais, enfim, o conjunto das nossas boas coisas é incomparável para o entretenimento turístico.

Contudo, assim não parece aos milhões de pessoas que a cada ano deixam seus países para despedir suas economias em outros.

Recentemente, narrou-me um amigo residente na Suíça que as televisões e rádios naquele País divulgam o menos possível – quando divulgam – os crimes e desastres que ali ocorrem e que, na verdade, acontecem em cada esquina do mundo. Não o fazem para não assustar turistas que desejam visitar o País.

Não é o que ocorre entre nós – e talvez a razão esteja do nosso lado –, pois ao menos tornamos transparente o que acontece em nossas cidades. Mas não se pode deixar de divulgar aqui ou na Suíça, por exemplo, o fato de que turistas são roubados e truci-

dados em vias públicas. É fácil imaginar a repercussão desses acontecimentos no exterior e como maleficamente contribuem para a fuga dos que desejam visitar tais regiões.

Às vezes, submeto-me à seguinte reflexão: andando sozinho, à noite, numa rua isolada da encantadora Barcelona, posso ter a relativa certeza de que não serei assaltado; e, na mesma situação, caminhando em São Paulo ou no Rio de Janeiro, posso ter a relativa certeza de que serei vítima de uma alguma violência.

De que modo, pois, atrair turistas – externos ou internos – numa situação dessas?

O problema para o Brasil nesse mercado complica-se. A infra-estrutura não abrange apenas a existência de bons hotéis e de condições de urbanidade e higiene, mas nela também se incluem a segurança e outros fatores que tranquilizam aqueles que deixam os seus países e suas cidades à procura de lazer e de tranquilidade.

Sr. Presidente, inspirei-me para fazer este pronunciamento no 9º Encontro da Bolsa Nacional de Turismo, BNTM 2000, promovido pela Fundação CTI, Comissão de Turismo Integrado do Nordeste, e pelo Governo do Maranhão, realizado em São Luís, em 30 de março último, com a presença dos Ministros Rafael Greca e Sarney Filho, titulares das Pastas de Esporte e Turismo e Meio Ambiente, respectivamente. Nessa oportunidade, reuniram-se vendedores e compradores de pacotes turísticos para a efetivação de negócios.

A Governadora Roseana Sarney marcou um grande tento da sua administração ao sediar, na capital maranhense, esse importante encontro entre os que fazem, no Brasil e no exterior, o mercado do turismo. Recepcionando com fidalguia e bom-gosto as inúmeras representações nacionais e internacionais que estiveram em São Luís, a referida Governadora teve a rara oportunidade de demonstrar as excepcionais condições que o Estado oferece ao turismo receptivo.

O que tornou mais relevante o 9º Encontro promovido pela Fundação CTI, Comissão de Turismo Integrado do Nordeste, foi a divulgação do Plano Integrado do Turismo no Maranhão, plano maior que está sendo gerido pela administração de Roseana Sarney.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço o aparte do nobre Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Relembro, com grata satisfação, a viagem que fizemos juntos recentemente – mais precisamente na última quinta-feira –, quando passamos por Palmas a fim de empossar o nosso Colega, Senador Eduardo Siqueira Campos, que assume em Tocantins a Secretaria do Interior e da Justiça. No dia seguinte, estivemos num dos mais importantes e promissores pólos de desenvolvimento agropastoril que o Brasil conhece atualmente, situado em Balsas, no Sul do Maranhão, Estado que V. Ex^a brilhantemente representa. É gratificante perceber a força e a pujança do campo no fortalecimento da economia. Aquela forma talvez seja a mais correta para realizarmos a tão sonhada e demandada reforma agrária brasileira. É com a força do homem do campo e com a sua aptidão para trabalhar a terra, fazendo com que produza tanta riqueza e tanta alegria como vimos ali, que o Brasil encontrará o seu caminho correto de desenvolvimento. Com relação ao turismo, indústria que mais cresce no mundo e que no Brasil tem tomado também dimensões expressivas, nota-se especialmente a nova dimensão que o Nordeste brasileiro tem dado à atividade turística, com um potencial extraordinário, principalmente com um sol maravilhoso e um litoral belíssimo. Certamente o turismo haverá de dar uma contribuição muito grande àqueles Estados para o fortalecimento e para o robustecimento da sua economia. Mas nós dos Estados mediterrâneos do Centro-Oeste e de parte da Região Norte, do Tocantins, que represento, também sonhamos em realizar, em desenvolver atividades turísticas. Naturalmente, não vislumbramos a atividade turística de massa, possibilidade que os Estados nordestinos têm. Mas há outros segmentos do turismo, como o turismo ecológico, o turismo de trilha, o turismo do esporte, enfim, uma diversificação que pode efetivamente contribuir para o fortalecimento da nossa economia. Portanto, solidarizo-me com V. Ex^a e o cumprimento pelo pronunciamento que faz nesta tarde.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço, Senador Leomar Quintanilha, o aparte e a gentileza das referências.

Realmente, neste fim de semana, estivemos em seu Estado, em Palmas e em outros Municípios – tivemos a companhia honrosa do Líder do Governo nesta Casa –, e fomos ao meu Estado; visitamos Balsas, que é a capital da soja no sul do Maranhão. Enfim, tivemos momentos extremamente agradáveis, como se fôssemos, além de políticos, turistas.

Tratamos, no momento, do turismo no Brasil. Não há dúvidas de que os Estados litorâneos contam com possibilidades amplas para a realização de um

grande turismo em nosso País, mas V. Ex^a, que já foi Secretário de Turismo no seu Estado, seguramente tem as esperanças que também tenho: de que o Tocantins despertará por igual para este mundo novo que começa a abrir fronteiras no Brasil.

No Tocantins – V. Ex^a sabe mais do que eu –, haverá, dentro de muito pouco tempo, a inauguração de uma grande hidroelétrica nas proximidades de Palmas, que tem o nome de Luís Eduardo Magalhães e vai formar um colossal lago perto da referida capital, o qual será, sem dúvida, um ponto turístico de grande envergadura.

Estimo que Palmas e o Estado de Tocantins darão um grande salto e terão um grande avanço a partir deste momento no que diz respeito ao turismo. Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Bello Parga (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço o Senador Bello Parga, do meu Estado.

O Sr. Bello Parga (PFL – MA) – Senador Edison Lobão, sem o intuito de interromper o justo registro que faz da situação do turismo em meu Estado, venho reforçar as palavras de V. Ex^a. Efetivamente, o Governo do Estado, tendo à frente a Governadora Roseana Sarney, vem-se dedicando com empenho à exploração do turismo, ao trabalho de oferecer essa atividade à população brasileira e até mesmo a estrangeiros. Desde o seu primeiro mandato, S. Ex^a congregou em torno de si técnicos na especialidade, artistas, produtores culturais e veio a concretizar um plano de turismo que foi centrado, como V. Ex^a bem sabe, na recuperação do centro histórico de São Luís, na valorização não só das praias da capital como também de pontos importantes do interior, tais como os Lençóis Maranhenses e as cachoeiras de Carolina, no sul do Estado. Considero justificado meu aparte, porque me contagiou esse evento da Bolsa Nacional de Turismo, que fez convergir para São Luís agências, técnicos, pessoas interessadas na exploração do turismo no Maranhão e em todo o Nordeste e que mereceu a visita do próprio Ministro do Turismo, S. Ex^a o Deputado Rafael Greca, que, sem hesitação, soube qualificar e elogiar o trabalho que vem sendo feito, bem como a riqueza do potencial turístico do nosso Estado. É de gáudio geral esse trabalho que a Governadora vem desenvolvendo em prol do turismo, transformando-o naquela indústria sem chaminés, não-poluente, fazendo com que o litoral do Estado do Maranhão, juntamente com o dos outros Estados do Nordeste, constitua a base do turismo nordestino. Nós, do Maranhão, ainda temos a vantagem – o que foi muito bem

valorizado pela Governadora – de ter o centro histórico, a arquitetura colonial, além dessas outras riquezas do interior do Estado, como os Lençóis Maranhenses e, mais distante, já em pleno mar, do recife de Manuel Luiz. Assim, Senador Edison Lobão, creio que V. Ex^a faz justiça ao trabalho da Governadora e também ao entusiasmo todo que vem dominando grande parte das pessoas e das empresas que, no Maranhão, dedicam-se ao turismo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Ex^a conhece tão bem quanto eu as potencialidades turísticas do nosso Estado e, por isso, sobre elas discorre com extrema facilidade.

Na verdade, Senador Bello Parga, este é um projeto pelo qual nós todos suspiramos há muitos anos. Quando estive no Governo do Estado, tratei de tomar algumas medidas, entre as quais a nomeação de um poderoso Secretário de Meio Ambiente e Turismo, que foi o Dr. Fernando César Mesquita, hoje um dos Diretores do Senado Federal. Com ele, foi possível realizar algumas obras de fundamental importância para o início deste novo tempo em matéria de turismo em nosso Estado.

Entre as providências que tomamos estão a construção da avenida litorânea de São Luís, que é uma das mais belas do Brasil, e a reconstrução do Teatro Artur de Azevedo.

O Sr. Bello Parga (PFL – MA) – Obras que se devem exclusivamente à atenção de V. Ex^a para esse setor.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço o registro de V. Ex^a, amável como sempre. Como dizia, a reconstrução do Teatro Artur de Azevedo, que passou a ser considerado o melhor do Brasil e um dos melhores do mundo, embora não esteja entre os maiores; o Aeroporto São Luís, um belo aeroporto, que foi construído já no Governo da Dr^a Roseana Sarney, mas teve o contrato assinado com a Infraero no meu governo. Enfim, são obras que puderam ser feitas naquele tempo, para que, agora, a Governadora, com extremo espírito público e competência, possa prosseguir, ampliar o projeto e fazer com que o Maranhão se insira nesta nova atividade econômica e social, que é o turismo internacional.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço V. Ex^a, com todo prazer.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Edison Lobão, não poderia deixar, neste instante, de manifestar o meu regozijo por ver V. Ex^a, na tribuna,

discorrer para a Nação brasileira sobre o seu querido Estado do Maranhão, que tão bem governou e que hoje é tão bem governado pela Governadora Roseana Sarney. V. Ex^a, falando do Maranhão, alerta o País para a necessidade de fazermos o que o Maranhão está fazendo: aproveitar todas as suas potencialidades turísticas. O nosso País foi brindado e abençoado por Deus com uma beleza extraordinária. Em todos os quadrantes do Brasil é possível explorar o turismo ecológico, sem poluição, fazendo com que seja uma fonte de divisas. E, se V. Ex^a me permite um desabafo, confesso que vejo o quanto ainda temos de realizar em meu Estado. Lá, não podemos render loas, como V. Ex^a o faz em relação ao seu querido Estado do Maranhão e àqueles que atualmente detêm a administração pública. No Mato Grosso do Sul, há o rio Taquari, no coração do Pantanal, que está assoreado. Enquanto lutamos no Congresso Nacional, para fazer com que o Projeto Pantanal receba recursos internacionais – é um ecossistema e também patrimônio da humanidade o Pantanal – da ordem de 400 milhões (200 milhões para Mato Grosso e 200 milhões para Mato Grosso do Sul), algumas entidades não-governamentais tentam torpedear o projeto, que conta com o aval do Presidente da República e que visa levar saneamento básico e infra-estrutura a 56 Municípios de Mato Grosso do Sul, a fim de que possam receber visitantes do Brasil e do exterior. Infelizmente, ainda temos muito que fazer em meu Estado, para que eu possa, um dia, ter a felicidade de ocupar a tribuna como V. Ex^a faz, cantando o Maranhão para o Brasil inteiro. Tenho essa vontade de estar aí, cantando loas. No momento, tenho que ocupar a tribuna, para fazer um alerta à sociedade, para pedir a esses organismos internacionais que estão acreditando no Projeto Pantanal que prestem atenção, que obebam e sigam as orientações dos técnicos brasileiros e da sociedade sul-mato-grossense, que participaram da sua elaboração, em vez de ouvirem as organizações não-governamentais que estão querendo torpedear-lo. Precisamos salvar o rio Taquari; precisamos salvar o rio Paraguai; precisamos dar melhores condições de vida aos municípios sul-mato-grossenses. A presença de V. Ex^a nesta tribuna faz com que continuemos a ter esperança, porque o Maranhão chegou ao ponto em que está graças ao dinamismo de V. Ex^a, como Governador, e de outros, e agora, da Governadora Roseana Sarney. Sinceramente, não posso perder a esperança de que poderei dizer um dia, desta tribuna, o que V. Ex^a está dizendo do Maranhão para o Brasil, porque o seu discurso, longe de ser re-

gionalista, tem um conteúdo para o Brasil inteiro. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, já concluo. Peço apenas a V. Ex^a que me permita ouvir ainda o aparte solicitado pelo Senador José Roberto Arruda.

Mas antes de ouvi-lo, Senador, gostaria apenas de fazer uma referência ao Senador Ramez Tebet, que tem preocupações fundadas com o seu Estado no que diz respeito às ONGs.

Entendo, Senador Ramez Tebet, que as ONGs prestam até um bom serviço ao nosso País. Mas temos que estar alertas também para o fato de que em muitos casos – e V. Ex^a mencionou um deles – está havendo abusos por parte de algumas dessas ONGs, que, em lugar de se aterem a suas funções específicas, de estarem atinentes às suas atividades, acabam por se embrenhar em atividades que não são as suas, prejudicando o interesse legítimo do Brasil.

O seu Estado, que é um dos mais belos deste País, que tem potencialidades inesgotáveis para o turismo ecológico, não pode ser prejudicado por conta de uma presença malfazeja, como essa a que V. Ex^a se refere.

Senador José Roberto Arruda, ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Senador Edison Lobão, inicialmente, quero cumprimentá-lo pelo registro que faz acerca do turismo, especialmente no seu Estado, o Maranhão. É um muito bom nós, brasileiros, verificarmos que o turismo está sendo visto como uma atividade econômica que gera empregos, riquezas, uma atividade econômica inteligente e moderna na área de serviços. E mais do que isso, que o Brasil não está mais, como fazia antigamente, centralizando os esforços do turismo apenas nos grandes centros do Sul e Sudeste. Ao contrário, está descentralizando esses esforços, para que os Estados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, principalmente, que têm uma beleza natural fantástica, sejam, efetivamente, pólos turísticos. E o Maranhão está de parabéns pelo esforço que vem realizando. Também gostaria de registrar, Senador Edison Lobão, aproveitando o pronunciamento de V. Ex^a, que tive o prazer e a honra de acompanhá-lo, e ao Senador Siqueira Campos, na visita a Palmas, capital do Tocantins. E penso que nunca é demais se registrar aqui no Senado que o Estado do Tocantins cria uma nova fronteira para o desenvolvimento brasileiro. É impressionante o que acontece em termos de desenvolvimento, de crescimento econômico e de alegria da população em estar construindo um novo tempo no

Centro-Oeste, o que acontece especificamente no Estado do Tocantins, e mais especificamente ainda na cidade de Palmas, uma cidade planejada, uma cidade que cresce, e muito, mas organizadamente, e como consequência da atuação do setor privado; e não nas sombras do Governo. É o capital privado que constrói usinas, pólos turísticos e leva para o Tocantins novas empresas, gera empregos e desenvolvimento. A visita que V. Ex^a e eu fizemos ao Governador Siqueira Campos e ao Senador Eduardo Siqueira Campos, em Palmas, reforça, em todos nós, um sentimento de otimismo em relação ao Brasil. Atualmente, Palmas é a capital do otimismo brasileiro. Lá, não vi qualquer cidadão pessimista; ao contrário, só vi pessoas que, a partir da divisão do Estado de Goiás, da criação do Tocantins e da implantação de Palmas, estão efetivamente construindo uma nova divisa econômica para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador José Roberto Arruda, agradeço a contribuição que V. Ex^a traz ao meu discurso, que diz respeito ao turismo no Brasil. Fiz também referências, como V. Ex^a, ao Governo que é exercido no Estado do Tocantins. Trata-se de um Governo de grande competência, grande espírito público, voltado para os melhores interesses do nosso País.

Sr. Presidente, concluo, lembrando que o Brasil tem hoje um turismo que se expressa por apenas quatro ou cinco milhões de pessoas, por ano, vindas do exterior, enquanto que apenas Las Vegas recebe de 33 a 35 milhões de pessoas por ano. O que nos falta então? Faltava-nos uma ação mais eficaz no sentido de ativar essas potencialidades extraordinárias que o Brasil possui no sentido de ampliar o seu sistema de turismo.

O Amazonas, do Senador Mestrinho, é um Estado que, do ponto de vista ecológico, nem se pode mensurar suas potencialidades para o turismo. O Governo brasileiro, por seu Ministério do Turismo, precisa, de fato, ter uma atuação firme, enérgica e cada vez maisativa para que essa grande indústria do turismo possa ocorrer também em nosso País.

Peço a V. Ex^a que seja transcrito no meu pronunciamento o discurso da Governadora Roseana Sarney e também um segundo discurso de S. Ex^a, a Governadora do Maranhão, que diz respeito ao novo salário mínimo no Estado do Maranhão, que S. Ex.^a prometeu aqui em Brasília, numa reunião memorável do meu Partido, de US\$100,00, e que já foi decretado por S. Ex.^a, na semana passada, e começou a vigorar a partir do dia primeiro deste mês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUIM DOCUMENTOS A QUE SE
REFERE O SR. SENADOR EDISON
LOBÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**DISCURSO DA GOVERNADORA
ROSEANA SARNEY**

Senhoras e Senhores,

Em nome do povo do Maranhão, saúdo os organizadores e participantes da Bolsa Nacional de Turismo – BNTM, uma promoção da Comissão de Turismo do Nordeste e do Governo do Estado, com apoio do Ministério do Turismo e dos Esportes, por intermédio da Embratur.

Agradeço a presença, entre nós, dos ministros de Estado Rafael Greca, dos Esportes e do Turismo, e José Sarney Filho, do Meio Ambiente, que prestigiam este importante evento.

Aos que nos visitam – dirigentes de órgãos oficiais de turismo, jornalistas, operadores, hoteleiros, agentes de viagem, procedentes de diversas regiões do Brasil e de mais de vinte países da Europa, América Latina e Estados Unidos –, os nossos votos de boas-vindas, com o desejo de que desfrutem plenamente da boa hospitalidade do povo maranhense.

Bem-Vindos ao Maranhão.

Durante esse encontro, pretendemos apresentar o extraordinário potencial turístico do nosso Estado e o programa que o meu governo está executando para torná-lo um destino obrigatório de quantos, no Brasil e no mundo, buscam o turismo de qualidade.

O que é o Maranhão como destino turístico? O que tem a mostrar e o que pode oferecer aos investidores e aos turistas? O que o destingue dos outros lugares?

Tanto por sua história quanto por sua geografia, o Maranhão é um Estado-Síntese do Brasil.

Fisicamente, situa-se onde terminam o Nordeste e o Planalto Central e começa a Amazônia. Dispõe, em regiões diversas, dos mesmos sistemas de deslocamento de águas, de ventos e de chuvas – tanto do Nordeste quanto da Amazônia.

Da Amazônia, o Maranhão desfruta de grandes áreas de terras baixas, que se inundam no período das chuvas, e de terras altas, as ditas terras firmes, também de mata fechada e de grande abundância de cursos d'água, com cachoeiras e corredeiras, como ocorreu na região das Chapadas. E, com características do Nordeste, conta com áreas de semi-árido e até de caracterizada desertificação – de onde emerge a fantástica visão das dunas móveis, com milhares de lagoas, dos Lençóis Maranhenses. Do Nordeste, também herda a mesma coroa de belíssimas praias marítimas, servidas por água tépida. Estas duas características físicas se prolongam, sem a presença do mar, pelo Centro-Oeste.

Historicamente, deve-se olhar o Maranhão não como descoberta, mas como conquista obtida em longa e difícil luta pelos portugueses, como território estrategicamente separado do Brasil, uma Colônia autônoma que incluía quase toda a Amazônia atual.

Para garantir a posse destas terras, Portugal teve que lutar contra os franceses, que fundaram a cidade de São Luiz, e contra os holandeses, que para aqui se deslocaram depois de expulsos de Pernambuco.

Ao fundar São Luis, em 1612, em nome da Rainha-Mãe e Regente Maria de Médicis, Daniel de La Touche, Senhor de La Ravidière, cumpria a missão oficial de aqui estabelecer não uma simples colônia, mas uma nova França – a França Equinocial.

Com a retomada do domínio do Maranhão, Portugal transformou São Luis, reconhecida pela Unesco como Patrimônio da Humanidade, na mais portuguesa de todas as cidades do hemisfério, adotando as soluções arquitetônicas e urbanas dos sobrados das fachadas com azulejos, das ruas calçadas com pedras de cantaria.

Esta ligação cultural estreita com a Metrópole portuguesa teve seus frutos na grande colheita de intelectuais que tornaram São Luis merecedora da honraria de ser chamada de "Atenas Brasileira".

De fato, foi um maranhense, Odorico Mendes, quem traduziu para o Português, na Integra, os poemas de Homero e Virgílio. Foi um maranhense, João Francisco Lisboa, quem deu régua e compasso à historiografia brasileira. Foi um maranhense, Gonçalves Dias, que se consagrou como o maior poeta brasileiro. Foi um maranhense, Arthur Azevedo, o maior teatrólogo brasileiro. Foi um maranhense, Sousândrade, o mais revolucionário dos nossos poetas. Os exemplos seriam inumeráveis. Basta dizer que, no dia de sua fundação, a Academia Brasileira de Letras contava, entre seus 40 membros, com a presença de dez maranhenses.

Essa tradição continua, no presente, com personalidades ilustres, na Literatura e nas Artes, como Josué Montolivo, José Sarney, Ferreira Gullar, Mário Meirelles, José Chagas, Alcione Nazaré, Joãozinho Trinta, Luís Augusto Cassas e tantos outros da nova geração que encanta a cultura brasileira. Isto tudo sem falar na presença, para sempre Maranhense, do vulto do Padre Antônio Vieira, o maior orador sacro da nossa língua que, nesta cidade, onde hoje se encontra o Memorial José Sarney, construiu os mais altos exemplos da reflexão filosófica e religiosa de toda a nossa História.

Quem fala em colonização portuguesa não pode esquecer a contribuição econômica e, sobretudo cultural com que negros e índios marcaram nossos costumes e religiosidade, caracterizada pela ritualística, pelo colorido, pela apoteose rítmica e por uma audaciosa combinação do tempero e perfumes.

São todas essas riquezas que oferecemos a quantos nos querem conhecer.

Uma amostra representativa desse patrimônio histórico e cultural está nos belos painéis dispostos neste recinto. Aqui estão representações dos cinco pólos, onde serão concentradas as atividades turísticas no Maranhão: as cidades históricas de São Luís e Alcântara; o Parque dos Lençóis Maranhenses; o Delta das Américas, a Chapada das Mesas e a Floresta dos Guarás.

Mas é principalmente em cada maranhense que os nossos visitantes irão encontrar a síntese da alma desta terra, expressa na

música, na dança, na pintura, na poesia, na arte popular do bumba-meu-boi, do tambor-de-crioula e do tambor-de mina, das caixearas do Divino Espírito Santo, do artesanato das rendas, das palhas e do barro, nas delícias incomparáveis da culinária do mar e do sertão.

O Maranhão tem, no seu cotidiano, o cheiro, a cor, o ritmo e a exuberância de uma mestiçagem que, pela predominância dos elementos negro e índio se tornou única – no país e no mundo.

Senhoras e Senhores,

O Plano Maior, a ser melhor detalhado posteriormente e que estabelece as diretrizes, metas, programas e projetos que estão sendo implantadas para melhorar a infra-estrutura turística do Estado, contempla o planejamento de forma global, considerando, ao mesmo tempo, a comunidade, o turista, os setores específicos e os agentes financiadores.

Os objetivos do desenvolvimento turístico sustentável alicerçam-se na idéia de conseguir a qualidade. E a qualidade representa a satisfação de turistas e cidadãos, o retorno dos investimentos e os mínimos impactos ambientais e culturais. O desenvolvimento integrado e a preservação dos recursos naturais do Maranhão são condições básicas para o seu crescimento.

Além do aumento do fluxo turístico que estamos buscando com mais essa iniciativa do meu governo, um amplo leque de opções de investimentos se abre para o setor privado, nas áreas de hotelarias, gastronomia, transportes, lazer e diversão, promoções artísticas, esportivas e produção cultural.

O volume previsto de invenções, tanto do setor público quanto do setor privado, alcança a cifra de R\$815 milhões de reais, gerando mais de 130 mil empregos na fase de implantação e 10 mil na fase operacional, para um fluxo total estimado de 820 mil turistas já em 2002.

O Maranhão é hoje, no Brasil, uma referência de Estado organizado, saneado, que trabalha com a visão do planejamento estratégico, que honra os seus compromissos e se desenvolve a passos largos. Há dez anos, é um dos Estados cuja a economia que mais cresce no país.

Ao nosso esforço, espero contar com a ajuda de todos aqueles que vislumbram novas oportunidades de geração de renda e emprego para os maranhenses e brasileiros que aqui vivem.

O Maranhão abre as suas portas, e o nosso povo abre os seus braços, para recebê-los com cordialidade e confiança.

Agradeço mais uma vez aos ministros Rafael Greca e Sarney Filho por suas presenças prestigiosas neste evento.

Agradeço, também, a todos os que contribuíram para a realização deste encontro em São Luís.

Mais uma vez, dou as melhores boas-vindas a todos os que nos visitam.

O futuro turístico do Maranhão está ligado ao Nordeste e à Amazônia, e o futuro do Brasil está nestas duas regiões.

Vamos antecipar o futuro.

Muito obrigada.

Pronunciamento da governadora Roseana Sarney na solenidade de assinatura de mensagem estabelecendo novo salário mínimo no Estado.

"Senhoras e senhores,

Com a mensagem que acabo de enviar à Assembléia Legislativa, cumpro o compromisso, publicamente assumido, de tornar equivalente a US\$100 dólares a menor remuneração paga pelo Estado aos seus funcionários.

A partir desta data, observada a cotação da moeda que regula os mercados e as economias do mundo globalizado, nenhum servidor público do Maranhão – ativos inativos e pensionistas dos três poderes, além do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado – terá, a partir de hoje, remuneração inferior R\$175 reais – um valor 15,8% acima do salário mínimo há pouco estabelecido pelo Governo Federal.

Ao mesmo tempo, considerando o projeto de lei complementar encaminhado pelo presidente da República ao Congresso Nacional – matéria ainda a ser discutida –, que transfere aos governadores a responsabilidade pela fixação de um mínimo estadual, estou enviando à Assembléia outra mensagem com esse objetivo. De modo que, assim como o Governo do Estado, a iniciativa privada adote igualmente um piso salarial equivalente a US\$100 dólares.

Ao comunicar à população a decisão de reajustar, acima da inflação e com ganho real significativo, a remuneração mínima os nossos servidores públicos, levei em conta as dificuldades de sobrevivência, em condições dignas, dos trabalhadores situados na base da pirâmide salarial.

Está suficientemente demonstrado que o atual salário mínimo não consegue atender às necessidades básicas de uma família, e foi por isso que defendi um reajuste superior ao que foi proposto pela equipe econômica do Governo Federal – não apenas para os funcionários públicos do Maranhão, mas para todos os trabalhadores brasileiros.

É inegável, por ser fato perfeitamente visível, que a proclamada estabilidade econômica do País não consegue deter o aumento do número de excluídos do progresso e o agravamento das condições de desigualdades econômica e social, enquanto sobre os indicadores dos níveis de desempenho da economia. Infelizmente, não avançam na mesma proporção o valor do Produto Interno Bruto e a redução da distância entre os extremos da escala social.

No Maranhão, encontramos os meios e modos de assegurar remuneração mínima aos nossos trabalhadores, sem que essa decisão represente qualquer ameaça ao equilíbrio das nossas finanças, e duras penas obtido é obstinadamente preservado.

Em comparação com Estados do Sul e do Sudeste, onde se concentra a grande massa dos investimentos públicos deste País, o Maranhão é um Estado pobre. Mas é um Estado organizado, saudável, administrado com responsabilidade. É um Estado que paga em dia os seus servidores e fornecedores, e que honra todos os

seus compromissos. E tem condições, portanto, de dar o presente aumento sem que o nosso calendário anual de pagamentos dos servidores sofra qualquer interrupção.

Ao comunicar pela primeira vez a minha decisão de elevar o mínimo para o equivalente a US\$100 dólares, tive a satisfação de receber a solidariedade de todas as classes produtoras do Maranhão. Em meu gabinete, recebi lideranças da Associação Comercial, Federação das Indústrias, Câmara de Diretores Logistas, e outras entidades empresariais, além de sindicatos, como o comércio varejista de Imperatriz. Vieram todos comunicar que não apenas apoiaram a iniciativa do meu Governo, mas que também vão adotar – e muitos já estão adotando – o mesmo piso para os seus empregados.

Igual solidariedade recebi da Federação das Associações dos Municípios do Maranhão – FAMEM, que resolveu fazer uma cruzada pelo interior para que os municípios também adotem um mínimo de R\$175 reais – ou US\$100 dólares, na cotação de hoje.

O reajuste do Estado vai representar um acréscimo de R\$1 milhão 567 mil reais na folha de pagamento do Estado. E vamos cumprí-lo integralmente, porque para isso nos preparamos, nos organizamos.

Com o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores, dinamizam-se as atividades econômicas e aumenta-se a distribuição de renda no Estado. Quem mais ganha com isso é a população mais pobre – inclusive aquela que não tem salário nenhum.

O Maranhão mais uma vez dá o exemplo.

Um projeto nacional para a construção de um País que ofereça a todos igualdade de oportunidades, direitos e deveres começa com gestos de boa-vontade e responsabilidade, como o que hoje estamos praticando.

O mínimo que estamos adotando hoje no Maranhão certamente não é o ideal para que o trabalhador atenda plenamente às suas necessidades.

Mas é seguramente o melhor que podemos oferecer. E os trabalhadores, incluídos os servidores públicos, só podem esperar o melhor do meu Governo.

Muito obrigada."

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda, como Líder.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF). Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, eu gostaria apenas de registrar nos Anais da Casa – e o faço com orgulho – que na sexta-feira recebi, na

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o título de cidadão honorário daquele Estado.

O Rio de Janeiro, em seus diferentes Governos, tem tido com o Senado Federal uma relação muito positiva. E nós, aqui no Senado, tivemos a responsabilidade de encaminhar não só a renegociação da dívida do Estado do Rio de Janeiro como, antes disso, a necessária autorização do Senado para a privatização do Banerj e também para as decisões que asseguraram os direitos dos seus ex-servidores e atuais também.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, de dividir essa honra com todos os Senadores, de todos os Partidos políticos, que, de uma maneira direta ou indireta, ajudaram o Estado do Rio de Janeiro a criar as condições econômicas básicas para encetar o novo período de desenvolvimento. E gostaria de registrar, inclusive, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, que, na renegociação da dívida do Rio de Janeiro, o Banco Central fez um parecer que, na minha opinião, inovou muito, no sentido de que, muitas vezes, um determinado Estado tinha as condições próprias para a renegociação da dívida, mas já se podia vislumbrar, nos anos subsequentes, uma condição negativa de renegociação da mesma dívida e, em outros casos, mesmo não tendo pontualmente as condições previstas na Resolução nº 78 para aquela renegociação, a perspectiva dos anos subsequentes era extremamente positiva.

O Banco Central, então, elaborou um parecer que mostrou ao Senado Federal que, embora o Rio de Janeiro, num determinado instante, não tivesse as condições ideais de renegociação de suas dívidas, nos anos subsequentes, pelas perspectivas de aumento de receita que já se verificam no Estado e pela situação geral das contas públicas, ele já possui todas as condições para a renegociação, que, enfim, foi aprovada.

O Rio de Janeiro, portanto, é o último Estado brasileiro a se inserir nesse esforço, liderado pelo Governo Federal, de ajuste das contas públicas, de rearrumação do aparelho da máquina estatal.

Sr. Presidente, na sessão da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tive a honra de contar com a presença do Senador Artur da Távola, pelo PSDB do Rio de Janeiro, e de vários amigos. Pessoalmente, agradeço ao Deputado Estadual Paulo Melo, autor do requerimento que resultou na aprovação unânime, naquela Assembléia Legislativa, do título que recebi. Quero dizer do meu apreço, honra e emoção – e isso, parece-me, seria comum em qualquer brasileiro – em ser considerado cidadão do Rio

de Janeiro, Capital da nossa beleza, cidade que honra o Brasil por tudo que representou ao longo desses 500 anos, mas, sobretudo, pelo que representa hoje, como o mais importante cartão de visitas brasileiro, pela sua beleza natural, pela sua riqueza, pela diversidade, pela inteligência e pelo bom humor da sua gente.

Portanto, Sr. Presidente, ao registrar esse título que recebi, com justiça, desejo dividi-lo com todos os membros desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, hoje deixa a Presidência do Superior Tribunal de Justiça o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.

Sua Excelência iniciou brilhantemente sua carreira no Ministério Público Federal, obtendo o primeiro lugar no primeiro concurso público para o cargo de Procurador da República, em 1972, de onde saiu, depois de promovido a todos os postos da carreira, para o antigo Tribunal Federal de Recursos, hoje Superior Tribunal de Justiça, onde ocupou o cargo máximo de Presidente.

Estou certo de que falo em nome desta Casa ao registrar a consideração e o respeito pela forma senna, ágil e transparente com que Sua Excelência conduziu o Tribunal, fazendo prevalecer sempre os mais elevados interesses públicos e a garantia de uma melhor qualidade e rapidez na prestação dos serviços judiciais.

Num período sensível e é por isso, principalmente, que falo – em que se desenvolveram as atividades da CPI do Judiciário e em que se reiniciaram os trabalhos parlamentares da Reforma do Poder Judiciário, Sua Excelência manteve com o Congresso Nacional uma convivência cordial e constante. Dessa convivência, aliás, resultaram importantes consequências, como a aprovação da Lei nº 9.788, de 19 de fevereiro de 1999, que criou novas Varas da Justiça Federal que possibilitaram o descongestionamento da primeira instância, um melhor atendimento ao jurisdicionado e a quadruplicação do valor da arrecadação da dívida ativa federal.

Também é fruto dessa boa convivência com o Congresso Nacional a rápida tramitação do projeto de

lei que aumenta o número de juízes dos Tribunais Regionais Federais; a apresentação de emendas à Proposta de Orçamento da União, destinadas ao esforço de modernização do sistema integrado de informação e a escolha, indicação e aprovação de duas primeiras mulheres para a Corte de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça: Eliana Calmon e Nancy Andrighi.

Receba, Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, em nome do Senado, nossos respeitosos cumprimentos, ao mesmo tempo que manifestamos o desejo que Vossa Excelência continue a desempenhar importantes missões junto à Justiça brasileira.

Queria dizer que, em alguns problemas do Judiciário com o Legislativo, foi Pádua Ribeiro quem, até com a incompreensão de colegas, resolveu esses problemas, dando ganho de causa ao Legislativo e demonstrando assim o seu espírito superior. Soube lutar pelo interesse da Justiça Federal, como era do seu dever, daí por que creio que o Congresso deveria homenageá-lo como o estou homenageando hoje, em nome – tenho certeza – de todos os colegas.

Assumirá o Ministro Costa Leite. Esperamos que Sua Excelência tenha o mesmo relacionamento com o Congresso Nacional. O Ministro Costa Leite, que tem uma longa experiência na vida pública e que, às vezes, é condenado como jurista no regime militar, é homem de valor e, pelo seu valor, espero que siga a trajetória brilhante do seu antecessor e que possamos, daqui a dois anos, tecer-lhe elogios que hoje faço a Pádua Ribeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao eminente Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, quero tratar de um assunto que considero de extrema importância para os municípios brasileiros e, consequentemente, para a Nação brasileira.

Antes, porém, aproveito a presença do Líder do Governo no Senado Federal, Senador José Roberto Arruda, para contar-lhe em rápidas palavras um episódio e pedir-lhe apoio para a questão. Sábado estive em Guarapuava, Município governado por um Prefeito do PSDB, Vítor Hugo Burkos. Saí de lá orgulhoso, não pelo fato de o Prefeito ser do PSDB, mas porque Guarapuava é um Município do meu Estado, o Paraná.

Tive a oportunidade de constatar que é possível, sim, equilibrar as contas de um município. Apesar de todas as dificuldades que o prefeito desse município enfrenta, assim como todos os prefeitos brasilei-

ros, Guarapuava está com as contas equilibradas e o prefeito tem conseguido não só realizar as obras reclamadas pela população, mas também participar de reuniões nos bairros, caminhando no meio povo e ouvindo seus reclamos de cabeça erguida, sem temer qualquer protesto ou qualquer atitude hostil de qualquer cidadão de Guarapuava.

Os cidadãos de Guarapuava estão acompanhando a rigorosa administração dos recursos públicos que vem realizando o Prefeito Vitor Hugo Burkos. S. Exa administra pensando que cada centavo arrecadado tem que ser aplicado em benefício da sua população, da sua comunidade. Vai aos bairros, procurando atender o cidadão naquilo que ele mais necessita; propicia de 350 a 400 carteiras de identidades em cada final de semana; promove o atendimento à saúde do cidadão, com médicos, enfermeiras, dentistas... enfim, o prefeito trata do cidadão, ouve todas as reclamações e as encaminha à sua equipe para que as solucione. S. Exa dá um exemplo de administração com a participação do povo daquele município.

Compareci, em seguida, ao lançamento do Programa Cio da Terra, em Guarapuava. Para mim, evidentemente, foi uma grande satisfação porque sou do setor rural – fui Secretário de Agricultura do meu Estado durante vários anos, em dois governos. Lá, pude constatar que o prefeito, além de equilibrar as contas, está preocupado em prover o seu município daquilo que mais necessita, que é o desenvolvimento da agricultura, evitando com isso o desemprego no campo e a consequente pressão pelo emprego na cidade.

S. Exa aproveitou uma estrutura física, construída pelo Ministério da Educação, com laboratórios, com restaurantes, com salas de aula, para o funcionamento de uma escola agrotécnica.

No entanto, desde 1991, 1992, quando foram construídos, aqueles prédios estão abandonados. O prefeito reconstruiu a parte que tinha sido destruída e lá instalou a Escola de Veterinária e de Agronomia. Hoje aquela estrutura serve de ponto de apoio para os agricultores buscarem novas tecnologias – inclusive, faz-se lá uma pesquisa para o plantio de oliveiras, o que permitiria a produção de azeitonas como alternativa de renda para os produtores da região de Guarapuava.

Com todo esse trabalho, o prefeito foi surpreendido, há 15 ou 20 dias, por uma carta do Ministério da Educação sobre a denúncia de que aquela estrutura estava sendo utilizada de forma inadequada, que o prefeito tinha cometido o crime de desvio de finalidade naquelas instalações. As instalações, que estavam

abandonadas, são agora muito bem utilizadas. Lá estavam inclusive 600 agricultores com os quais conversei e almocei – aliás, não posso elogiar o Prefeito Vitor Hugo Burkos em relação ao almoço que ele concedeu aos agricultores, mas posso elogiá-lo em relação àquilo que vem realizando.

Então peço ao Senador José Roberto Arruda que interceda junto ao Ministro da Educação, que precisa conhecer o trabalho realizado em Guarapuava e interceder para que aqueles prédios não sejam devolvidos ao Ministério da Educação. Enquanto eles eram do Ministério da Educação, estavam sendo destruídos e agora estão servindo para cursos de agronomia, de veterinária e para os agricultores buscarem informações técnicas necessárias para essa verdadeira revolução que se faz na agricultura de Guarapuava. Estou pedindo uma audiência com o Ministro da Educação, mas evidentemente que o Líder do Governo tem muito mais facilidade de falar com o Ministro do que eu. Por isso peço apoio nesse sentido. Vejo que o Senador José Roberto Arruda me faz um gesto de positivo e penso que me ajudará nesse pleito, assim como o Presidente do Senado, Senador Antônio Carlos Magalhães, que é um grande reforço, um reforço indispensável nessa luta para conseguirmos com que os prédios sejam ocupados pelos cidadãos do Município, porque pertencem a eles.

Sr. Presidente, quero falar de dois assuntos que considero importantes. Na semana passada, o Senado aprovou um projeto de lei complementar de minha autoria que estabelece um prazo maior para a redução do coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios. A Lei nº 91, de 1993, estabelece que os Municípios que perderam população terão o Fundo de Participação dos Municípios reduzido em 20% ao ano até que o coeficiente, em cinco anos, seja reduzido de forma integral. Quero me referir a Municípios que tiveram repartição porque foi criado um novo Município no distrito ou porque perderam população em função de problemas que todos conhecemos como êxodo rural, incapacidade dos Municípios de gerar novos empregos e atender à demanda dos seus cidadãos. Tudo isso fez com que principalmente Municípios pobres fossem abandonados por grande contingente de população que buscavam novas oportunidades em Municípios maiores, especialmente aqueles localizados na região metropolitana.

Pois bem, hoje, o jornal *O Estado de S. Paulo* traz matéria de uma página revelando que 1755 Municípios brasileiros poderão ser inviabilizados caso se efetive a lei que está em vigor, ou seja, a que determina que em cinco anos haja a redução do FPM, e não

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é com sentimento de profunda alegria que assomo à tribuna do Senado nesta tarde, para fazer um registro de um fato da maior importância para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

Sr. Presidente, na sexta-feira passada, o Governador Siqueira Campos lançou em Araguaína o projeto Pertins – Programa de Eletrificação Rural do Tocantins – e já o havia feito, há uma semana, no Município de Araguaçu, no sul do Estado – Araguaína localiza-se ao norte; Araguaçu, ao sul.

Demarrou o processo que deverá ser deflagrado no Estado inteiro, em suas diversas regiões, em seus diversos Municípios, levando os benefícios da energia elétrica ao homem do campo, ao trabalhador rural. Imagine V. Ex^a o impacto que o programa causará no Tocantins, onde a população rural, que representa 30% da população do Estado – número bastante significativo –, ainda não dispunha dos benefícios desse insumo tão trivial e tão comum, principalmente no meio urbano.

O fato teve uma repercussão muito grande, deu uma alegria enorme ao setor rural e proporcionará saltos de qualidade na vida socioeconômica do Estado. Não só terá o trabalhador rural do Tocantins a oportunidade de ver afastadas as trevas de sua casa à noite, mas também poderá ligar um ventilador, um rádio, uma televisão, uma geladeira, enfim, utilizar os benefícios que a energia elétrica, há muitos e muitos anos, vem propiciando ao cidadão urbano.

O mais importante é que a energia elétrica oferecerá ao trabalhador rural a possibilidade de melhorar, de aprimorar, as atividades que ali desenvolve com vistas a promover o sustento de sua família e provocar a geração de riquezas e, enfim, trazer divisas para o Estado.

O Programa de Eletrificação Rural do Estado de Tocantins, Sr. Presidente, veio em muito boa hora, no momento em que o Estado desenvolve um esforço muito grande para dotar o seu território da infra-estrutura necessária ao estabelecimento de um pujante programa de desenvolvimento.

Não é por acaso que programas, devidamente articulados, ali estão sendo implementados, como um programa rodoviário extraordinário, sem par no Brasil – nem os Estados brasileiros ricos puderam fazer, nesse período, tantas estradas asfaltadas como o To-

cantins, integrando as suas regiões produtivas e, mais do que isso, integrando o Estado às demais regiões.

O desenvolvimento de um programa energético, com a construção da maior obra hoje em execução no Estado, a Usina Hidrelétrica do Lajeado Luiz Eduardo Magalhães, gerará 950 megawatts já no seu primeiro dia de funcionamento, propiciando ao Tocantins condições de deixar de ser importador para passar a exportador de energia elétrica.

Sr. Presidente, no momento em que um relatório recente de técnicos do setor afirma que não só as Regiões Sul e Sudeste, mas também a Nordeste carecem urgentemente da geração de energia, certamente o Tocantins, por meio da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, estará apto a dar uma contribuição significativa para mitigar essa demanda reprimida existente no País. E, ainda na bacia desse rio – região para com a qual a natureza foi generosa, dadivosa –, mais cinco novas hidrelétricas já estão programadas para entrar em funcionamento tão rápido quanto possível, já que optamos por entregar essas obras ao setor privado, o que viabiliza essas construções com maior rapidez e agilidade.

Seguramente, num futuro próximo, o Tocantins estará dando a sua contribuição para o atendimento dessa demanda reprimida hoje existente no País, principalmente agora que o Presidente Fernando Henrique, ao interligar os dois grandes sistemas nacionais de energia elétrica – o Norte e o Sul do País –, ofereceu as condições necessárias ao aproveitamento imediato da energia elétrica gerada no Tocantins.

Por essa razão, Sr. Presidente, deixo aqui registrados meus cumprimentos aos produtores rurais do meu Estado e também ao Governador Siqueira Campos por essa extraordinária obra e pelos extraordinários benefícios que ela trará à população do meu Estado e à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, desejo fazer um registro, ainda que sumário, porque não conhecemos em detalhes os seus termos, das medidas que o Presidente da República anuncia para as universidades brasileiras administradas pela União. Considerado o que se veicula pelos órgãos de imprensa, são medidas significativas, importantes.

Sr. Presidente, sou um dos que, desta tribuna, têm reclamado sucessivas vezes do descaso do Governo em relação às universidade públicas. Reconheço o grande trabalho que o Ministro da Educação tem feito em relação ao ensino fundamental. Ainda que alguns maus refeitos, no interior do Brasil, tenham desvirtuado essas ações governamentais ao aplicarem incorretamente os recursos, os dados mostram que temos progredido bastante nessa área. O Ministro Paulo Renato, por determinação do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, elegeu o ensino fundamental como prioridade para a ação do Ministério da Educação e tem uma história de êxitos para contar. Todos os dados mostram o aumento do número de matrículas e até da qualidade do ensino ministrado, inclusive com o início da utilização de instrumentos modernos como a televisão e uma rede de informática, que têm levado treinamento aos professores, apresentando aulas com conteúdo de grande interesse e pedagogicamente muito bem apresentadas.

Parece-me que, agora – e, após conhecer o exato conteúdo das medidas, pronunciar-me-ei mais detidamente –, chega a vez das universidades. Há o anúncio de que serão criadas seis mil novas vagas para o cargo de professor de terceiro grau. Creio que esta iniciativa vem para acabar com a vergonha da figura do professor "substituto", que ganha R\$400,00 ou R\$500,00 por mês, com o regime de contratação por um ano, o que impõe, por vezes, a renovação do contrato.

Agora, serão abertos concursos públicos. Toda-via, infelizmente, não está muito claro para mim, pelo material que tive oportunidade de consultar, quando teremos bem definidas as relações de trabalho entre os professores e o Poder Público federal. Pela lei aqui recentemente aprovada, com o posterior veto apostado pelo Presidente da República, os contratos serão regidos pela CLT.

Estamos apreciando aqui, já em fase final, um projeto de lei que trata da demissão por excesso de quadros e define as carreiras típicas do Estado. Entretanto, não saberemos, aparentemente, se para cada carreira virá uma mensagem ao Congresso dizendo qual o regime a ser aplicado, se celetista ou estatutário, e assim por diante. Trata-se, pois, de algo que ainda não está muito claro.

De qualquer maneira é auspicioso que se abram esses concursos a fim de permitir que jovens professores treinados, muito bem preparados com cursos de pós-graduação no Brasil ou no exterior, possam ingressar nas universidades públicas, oxigenando-as.

Por outro lado, Sr. Presidente, há ainda o anúncio da criação de vários fundos que importarão numa soma de R\$1 bilhão para financiamento da pesquisa – fundos estes a cargo dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Isso responde também a um clamor da universidade pública: recursos para o desenvolvimento da pesquisa, da ciência e da tecnologia, haja vista que, por excelência, essas instituições estão preparadas para desempenhar esse importante papel. Todavia, sem recursos, sem meios, torna-se impossível que a universidade cumpra a sua missão.

Os Reitores das universidades federais anunciaram um grande aumento do número de matrículas nas instituições que dirigem, com vistas a atingir a proporção de um professor para quinze alunos. Fazia-se uma grande crítica às universidades brasileiras de que a relação professor/aluno estava absolutamente fora dos padrões internacionais, sendo desproporcional ao que se observa nas melhores universidades do mundo. Então, qualquer iniciativa que busque atingir a proporção de um professor para cada quinze alunos é digna de ser saudada pelo Senado como um esforço da universidades no sentido de obter melhores padrões de eficiência, evitando desperdícios e abusos.

O Jornal **O Globo**, de hoje, traz a seguinte notícia, na pág. 4:

Universidades criaram 11 mil vagas novas.

Os reitores das federais tinham prometido aumentar em 10% o número de vagas até 2002. Em 99, no primeiro ano do plano de expansão, 10.007 novas vagas foram oferecidas, o que, na época, representou um aumento de 11,4% no sistema. Com as novas vagas deste ano, as 52 federais passam a reunir 110 mil alunos. Com isto, os reitores esperam atingir, em 2002, a média de 15 alunos por professor, adotada internacionalmente.

Portanto, a universidade está dando resposta, está fazendo um esforço enorme. De fato, não houve a entrada de recursos novos, adicionais e tampouco a reposição dos professores que se aposentaram, afugentados por essas reformas conduzidas, a meu ver de forma atabalhoadas, que levaram à aposentadoria em massa de muitos professores.

Quanto à acusação que muitas vezes se faz contra a universidade de que ela é insensível e de que não responde às necessidades da comunidade, estamos vendo que não é verdade. Ela respondeu a um reclamo justo do Governo, qual seja o de aumentar o

número de vagas e colocar a proporção professor/aluno em termos adequados. Todavia, ainda há muito por fazer: definir melhor as fontes de financiamento das universidades federais e a chamada autonomia universitária, que, evidentemente, deve ser conduzida responsávelmente, oferecendo-se um mínimo de condições financeiras para que ela possa funcionar e exercitar essa autonomia.

Nos últimos anos, temos assistido – ressalvo que não tenho nada contra a iniciativa privada – a um grande aumento do número de vagas no ensino superior nas instituições privadas. O mesmo não vem acontecendo, apesar de todo esse esforço das universidades federais, nas universidades públicas.

Grande número de brasileiros não têm condições a pessoa por si só, os pais ou a família de pagar uma universidade privada, e continuamos a assistir a esse engarrafamento na entrada da universidade quando do exame vestibular, que elimina, anualmente, um grande contingente de jovens que busca o ensino do terceiro grau.

Diariamente, proliferam na mídia denúncias sobre a qualidade de muitas instituições de ensino superior privadas que visam ao lucro, e até denúncias sobre a facilidade na concessão de diplomas, obtenção de títulos, o que significa um grande comprometimento na qualidade do ensino superior. A resposta, muitas vezes, é a de que o mercado equacionará o problema e que as pessoas evitarão as instituições que não têm qualidade.

Reconheça-se o grande trabalho realizado pelo Ministro Paulo Renato no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao melhorar a avaliação das universidades: o chamado Provão, contra o qual muitos se insurgiram e que não é, em si mesmo, um instrumento perfeito de avaliação da universidade, mas que funcionou como uma espécie de termômetro da qualidade das universidades públicas e privadas. De qualquer sorte, é um caminho que se está percorrendo para que a população conheça melhor a qualidade das instituições e do ensino que elas oferecem.

Voltarei à tribuna depois que me debruçar com maior profundidade sobre a natureza das medidas anunciadas hoje pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas saúdo-as, pois tenho sido um crítico reñitente à indiferença ao ensino superior no Brasil. Vejo que o Governo está abrindo o diálogo com as universidades e oferecendo, por intermédio do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, novos instrumentos que permitam um melhor funcionamento das nossas universidades, renovando o corpo docente, com a abertura de seis mil vagas

para professores. Também está oferecendo melhores condições para o desenvolvimento de pesquisas, nas diversas áreas, nas universidades brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR JOSÉ FOGAÇA, NA
SESSÃO NÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
DE 3-4-200, QUE, RETIRADO PELO
ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ
PUBLICADO OPORTUNAMENTE.**

Durante o discurso do Sr. José Fogaça, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Haverá de ser um grande debate nesta Casa, Senador Fogaça, o que será travado no momento em que essas matérias chegarem à pauta do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 157, DE 2000

Excelentíssimo Senhor Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado, requeiro Tramitação em Conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 388/1999, que altera o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que “Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os inssumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências”, ao Projeto de Lei do Senado nºs 65/2000, que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os inssumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências”, para determinar que os medicamentos em comprimidos e cápsulas e ampolas injetáveis sejam vendidos na exata quantidade necessária para atender à prescrição contida na receita aviada, por versarem sobre matéria correlata.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2000. – **Osmar Dias.**

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – O requerimento lido será publicado e posteriormente in-

cluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, "c", item 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Não há mais oradores inscritos.

As Sras Senadoras Luzia Toledo e Maria do Carmo Alves enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidas.

A SRA. LUZIA TOLEDO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nas últimas décadas, o processo demográfico de nosso País passou por grandes transformações. Alteraram-se fortemente os componentes da estrutura etária da nossa população, sendo essa alteração consequência direta das intensas mudanças verificadas no padrão reprodutivo da mulher brasileira.

Esse fenômeno, cujos efeitos têm forte repercussão no campo das políticas públicas, foi bastante significativo e deu um novo padrão demográfico ao Brasil, ao longo da segunda metade deste século.

Esse padrão caracteriza-se por um estreitamento da base da pirâmide etária, ou seja, a progressiva redução relativa e absoluta do número de crianças e de adolescentes, e por um gradual crescimento da proporção de adultos e idosos na nossa estrutura populacional.

Consciente da importância e das consequências dessas mudanças, ocupo, neste momento, a tribuna desta Casa para falar sobre as transformações verificadas na fecundidade da mulher brasileira e seus efeitos sobre a distribuição relativa pelos grupos integrantes de nossa estrutura populacional, e o tamanho deles.

Sr. Presidente, as consequências do impacto do declínio da fecundidade das mulheres brasileiras são expressivas e merecem especial atenção dos integrantes do Poder Público.

A redução das taxas de fecundidade vem introduzindo mudanças extremamente significativas na realidade social de nosso País e alterando substancialmente a magnitude e a natureza das demandas sociais da população brasileira.

Todos sabemos o quanto são estreitas e profundas as relações entre as questões demográficas e as demandas sociais, sobretudo num País como o nosso, tão carente de recursos e tão cheio de desigualdades.

Todos sabemos também o quanto é importante e indispensável que essas demandas da população sejam atendidas e levadas em conta pelo Governo, no

momento da formulação e da implementação dos programas sociais.

Não somos os únicos a reconhecer esse fato, Sras, e Srs. Senadores.

Há poucos meses, a publicação do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, intitulada *A Infância Brasileira nos Anos 90*, no capítulo dedicado ao processo demográfico brasileiro, destacou a importância do impacto do declínio da fecundidade em nosso País e fez um exercício de reflexão sobre as possíveis implicações futuras do conjunto de transformações que caracterizam esse novo padrão demográfico sobre as novas demandas sociais estritamente vinculadas aos grupos etários mais atingidos por tais mudanças.

Um breve resumo desse processo demográfico nos permite destacar os seguintes dados. Do início do século até a década de 40, o comportamento reprodutivo da família brasileira caracterizou-se por apresentar níveis elevados de nascimentos e de taxas de fecundidade, concomitantes com altos índices de mortalidade.

Nas décadas seguintes, transformações significativas começaram a ocorrer. Houve, no período, um nítido recuo das taxas de mortalidade, porém as altas taxas de natalidade foram mantidas. Assim, entre 1940 e 1960, as taxas de crescimento da população brasileira elevaram-se consideravelmente, passando de 2,4% ao ano para valores em torno de 3% ao ano, nas décadas de 50 e 60.

Durante longo tempo foi possível perceber que, enquanto a população socialmente mais carente tinha níveis de fecundidade típicos de população que não regulava sua reprodução, as mulheres dos grupos sociais mais ricos e instruídos já davam sinais claros de exercer controle sobre sua fecundidade.

A partir do final dos anos 60 e, principalmente, durante a década de setenta, transformações importantes começaram a ocorrer na sociedade brasileira, provocando mudanças significativas no comportamento reprodutivo da nossa população.

Como bem destacou o estudo do UNICEF, a crescente urbanização do País, o aumento do contingente de assalariados na economia brasileira, o engajamento crescente da mulher no mercado de trabalho urbano, a disseminação de um modelo econômico voltado para o consumo de bens duráveis, a elevação dos custos de reprodução familiar e social, entre outros fatores, fizeram com que os padrões familiares então vigentes se adequassem às transformações sociais e econômicas da época.

Nos anos 80, a auto-regulação da fecundidade tornou-se freqüente entre as mulheres brasileiras. O aperfeiçoamento dos métodos contraconcepcionais e a intensificação da prática das cirurgias voltadas para a esterilização tiveram reflexo imediato sobre a redução dos níveis de fecundidade em nosso País.

Na década atual, dados da pesquisa sobre Demografia e Saúde Reprodutiva, realizada, em 1996, pela Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar – BEMFAM, revelam que mais de 76% das mulheres brasileiras, que mantêm relacionamento heterossexual estável, fazem uso de algum método de controle de sua reprodução. Tais práticas têm sido, não só espontâneas, mas também induzidas pela mídia, que valoriza padrões familiares em que o número de filhos é reduzido.

Creio ser oportuno citar também alguns números da Síntese de Indicadores Sociais, com dados coletados pelo IBGE em 1997, que enfatizam categoricamente a ocorrência de uma queda brutal na taxa de fecundidade em nosso País, nas últimas décadas.

Segundo a matéria publicada no *Jornal do Brasil* de 7 de fevereiro passado, intitulada Cai a taxa de fecundidade da brasileira, a diferença entre o maior índice, registrado no Nordeste, e o menor, registrado no Sudeste, que era de 3,2 filhos, caiu para 1,2 filho, ao longo dos últimos 27 anos.

A taxa de fecundidade total das brasileiras, que era de 6,3 filhos por mulher, em 1970, caiu drasticamente para 2,4 filhos, em 1997.

O fenômeno de baixa começou a ser detectado primeiramente nas Regiões Sul e Sudeste, mas, hoje, é registrado de maneira praticamente uniforme nas diversas regiões brasileiras.

Sras. e Srs. Senadores, hoje podemos verificar que o decréscimo nacional e regional da fecundidade da mulher brasileira vem ocorrendo praticamente em todas as regiões e em todos os extratos sociais.

Os dados do estudo do UNICEF, mencionado anteriormente, comprovam que o processo de declínio da fecundidade, sobretudo a partir dos anos 80, generalizou-se pelo País, cabendo ressaltar que, desde 1995, mesmo regiões de fecundidade inegavelmente elevada em anos anteriores experimentaram sensível queda dessa taxa.

Fazendo-se a correlação dos dados dos níveis de fecundidade com os dos níveis de instrução das mulheres brasileiras, em 1970 e em 1995, constata-se que, em pouco mais de 20 anos, a redução da taxa de fecundidade da população menos instruída foi, em média, de 3,5 filhos.

Como também nas regiões mais desenvolvidas do nosso País a fecundidade do grupo menos instruído, em 1995, girava em torno de 3,5 filhos por mulher, pode-se deduzir que vem ocorrendo uma generalização social e cultural da mudança no padrão de comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, infelizmente não disponho de tempo suficiente para analisar em detalhe as grandes mudanças de comportamento reprodutivo da mulher brasileira, ocorridas nas últimas décadas.

Gostaria de destacar, porém, que essas mudanças são consequência direta das transformações que ocorreram na vida das mulheres brasileiras, na segunda metade deste século.

Hoje a presença da mulher no mercado de trabalho deixou de ser uma opção para tornar-se uma necessidade absoluta. A crise econômica, a necessidade de contribuir para o orçamento doméstico ou, muitas vezes, de garantir sozinha o sustento da família, a preocupação em dar uma melhor educação aos filhos têm levado um contingente cada vez maior de mulheres a exercer um rígido controle sobre sua fecundidade.

Sras. e Srs. Senadores, por serem grande consequências e o impacto da redução das taxas de fecundidade das mulheres sobre o perfil demográfico de nosso País, a médio e longo prazos, gostaria de fazer um alerta às nossas autoridades, antes de concluir meu pronunciamento.

Com a diminuição sucessiva de contingentes de base da pirâmide e aumentos sucessivos nas idades posteriores, novas questões e demandas vão aparecer, sobretudo em relação aos serviços que deverão ser prestados aos cidadãos pelo Estado e pela sociedade.

Os problemas já evidenciados na prolongada crise da Previdência Social em nosso País, provocados em grande parte pelo crescimento da população inativa, sinalizam a necessidade urgente de o Governo realizar estudos e implementar políticas públicas que possam atender às novas demandas sociais que seguramente deverão surgir em função das significativas alterações do padrão demográfico da população brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada!

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Transcorreu na última sexta-feira, dia 31, o "Dia da Integração Nacional". Por inúmeras razões, é uma data a ser lem-

brada e registrada, especialmente neste ano que assinala o transcurso dos 500 anos da chegada dos portugueses ao nosso País.

É interessante notar que tanto os colonizadores quanto os brasileiros que nos antecederam souberam manter, com exemplar competência, o País fisicamente integrado.

Os estudiosos costumam apontar, como o cimento utilizado pelos nossos antepassados, o idioma, a mais bela herança ibérica, e o catolicismo, que em terras brasileiras perdeu o caráter de religião oficial e viu florescer as inúmeras vertentes do pensamento e da prática religiosa, que nos proporcionam um dos mais formidáveis exercícios de sincretismo registrados pela experiência humana.

A despeito da fabulosa conquista de todos nós, esta continuada integridade territorial, devo assinalar que a integração social e econômica nacional, vetores essenciais da paz social e do bem-estar coletivo, não segue o mesmo curso.

Há um terrível descompasso, um verdadeiro fosso a separar os brasileiros. Estamos submetidos a uma perversa lógica de exclusão que nasce e prospera a partir das profundas desigualdades regionais e, mais recentemente, é realimentada pelos crescentes desequilíbrios verificados dentro das próprias regiões isoladamente consideradas.

Assim, quero propor uma breve reflexão sobre o desafio que se mantém para todos nós: integrar social e economicamente o Brasil, de maneira efetiva. Só assim poderemos tecer, ao longo do século que se inaugura, uma sociedade na qual prevaleça de fato a igualdade de oportunidade para todos os brasileiros.

Somos nós, mulheres e homens políticos, os responsáveis pela garantia dos insumos mínimos, das pré-condições essenciais, para que todos e cada um dos nossos concidadãos vivam a plenitude da cidadania e realizem o seu potencial de talento e competência.

O mundo está ingressando na chamada Era da Informação, com as facilidades e simplificações trazidas pelas novas tecnologias, que conectam o planeta em tempo real. No Brasil, como em inúmeros outros países, meros consumidores e não produtores de ciência e geradores de novas tecnologias, continuamos consagrando um modelo que faz a sociedade operar em distintas velocidades.

Há, no País, uma diminuta parcela que, considerada a partir de quaisquer indicadores sócio-econômicos, integra a élite do planeta; dispomos ainda de uma classe média relativamente estável, pelo menos nos últimos anos, que se educa e procura

prosperar; e, por fim, mas evidentemente não menos importante, ao contrário, temos um enorme contingente de homens, mulheres, crianças, jovens e velhos, que não conseguem ter acesso sequer aos recursos mínimos de subsistência digna.

Eles encontram-se, muitas vezes, fora até mesmo do alcance da malha protetora do Estado. É para eles, sobretudo, que se devem voltar nossas atenções e nossas ações.

Vejam, Sras. e Srs. Senadores, já sob a égide da nova economia, remanescemos com os velhos problemas brasileiros, tristemente irresolutos. A cada ano, na estação da seca, e quero aqui falar rapidamente da minha região – o Nordeste, renova-se o sofrimento, o sentimento de perda e de impotência em vastos contingentes de nordestinos brasileiros. Como se isso não bastasse, detemos ainda alguns dos piores índices em educação, habitação, saneamento e, obviamente, distribuição de renda. São problemas recorrentes, seculares, que ainda não conseguimos equacionar.

Lembro, igualmente, o rio da integração, o rio São Francisco, crucial para toda a região, pois responde por 70% dos recursos hídricos do Nordeste brasileiro. O rio é vida, e não apenas na inspiração do poeta, mas a miséria tem-se instalado em diversas porções ao longo do rio da integração.

Em meu Estado, Sergipe, as populações ribeirinhas, economicamente dependentes da pesca, sentem cotidianamente a necessidade de revitalização do "velho Chico"; nas proximidades de sua foz crescem as manifestações físicas de assoreamento. Daí a necessidade de empreendermos os nossos melhores esforços para a plena revitalização do rio da unidade nacional.

Hoje somos quase 165 milhões, e quase um quarto de nossa população, perto de 40 milhões de brasileiros, vive abaixo da linha de pobreza. É um recorde vergonhoso, que devermos reverter de qualquer forma. A integração social e econômica é um dos meios mais eficazes para a alteração radical da situação atual.

Embora o Dia da Integração Nacional seja uma data apenas convencionada, gostaria de imaginar que a cada ano, neste dia, já a partir de 2001, nas escolas e universidades, nos parlamentos, cultos religiosos, sindicatos e nos meios de comunicação de massa, brasileiros de todos os quadrantes possam refletir sobre as melhores formas de viabilizarmos a verdadeira integração do Brasil.

Assim, juntos, com imaginação e inventividade, mas sobretudo agindo, fazendo, vamos construir uma Nação da qual tenhamos orgulho!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sras e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 1996

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1996 (nº 3.057/97, naquela Casa), de autoria do Senador Ney Suássuna, que *restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável, sob nº 190, de 2000, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, com abstenção do Senador Mazarildo Cavalcanti.

- 2 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 683, DE 1999—COMPLEMENTAR (Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 683, de 1999—Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que *regulamenta a prestação de informações ao Banco Central do Brasil, para instrumentalizar o Sistema Central de Risco de Crédito e dá outras providências*.

zação do Sistema Central de Risco de Crédito e dá outras providências.

- 3 -

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, DE 1999

Projeto de Lei do Senado nº 420, de 1999, de autoria do Senador Djalma Falcão, que *inclui, no currículo do Ensino Médio, a disciplina Cidadania, Direitos e Garantias Individuais, e adota providências correlatas*, tendo

Parecer sob nº 110, de 2000, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Luzia Toledo, pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 14 minutos.)

(OS 12334/00)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR CONVOAÇÃO

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convoca reunião do Conselho a realizar-se no dia 5 de abril do corrente ano, às 9 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva das seguintes testemunhas arroladas pela Defesa nos autos da Representação nº 2, de 1999: Dulcídia F. Ramos Calhao, Francisco Naurides de Barros e Luiz Cláudio Brito, servidores do Senado Federal, matrículas 4104, 3763 e 2121 respectivamente.

Brasília, 29 de março de 2000. — Senador **Raméz Tebet** — Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

(I) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluc Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff I.
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heliósa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97)..

Fones: 311-3265

311-4552

Chefe: Marcello Varella



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
	- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
	- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEbet	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES -PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
PAULINO OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÁNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341//2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
Luzia Toledo	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidências de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:
Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CANDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(3) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quinze-as-feiras, às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

PFL

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

PSDB

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

		PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT)		
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
		PPB	
PAULISTINO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA N° 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPlicy – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Lideres Partidários

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. VAGO		
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPlicy - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
 (17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA VAGO	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES 2. IRIS REZÉNDE	AP	2151/2157 GO 2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999, e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSE SARNEY
--

MESA DIRETORA								
CARGO	TÍTULO	NOME		PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER		PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGAÇA		PMDB	RS	"07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN		PFL	SC	" 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA		PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSE FOGAÇA	RS	"07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	" 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
					PFL				
JORGE BORNHAUSEN	SC	" 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	## 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	" 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@ 01	311 2351	323 4448	Luzia Toledo	ES	" 13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

• ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
''ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
'''ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* Gabinetes localizados no Anexo III

Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e-mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr.

FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 31,00
Porte de Correio	RS 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 127,60
Valor do número avulso	RS 0,30
Porte avulso	RS 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 62,00
Porte de Correio	RS 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 255,20
Valor do número avulso	RS 0,30
Porte avulso	RS 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Económica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0611) 224-5450, a favor da FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo, discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÉS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS